

ACTA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 11/12/2007

Iniciada às 9H30 e encerrada às 14H00

Aprovada em 27/12/2007 e publicitada através do Edital n.º 310/2007

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

1. Intervenção do Senhor Presidente
2. Intervenção dos Senhores Vereadores

ORDEM DO DIA

I - ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS

1. Acta da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 3 de Dezembro de 2007

II - FINANCEIRO

1. Situação Financeira
2. Ajuste directo n.º 552/2007 – Serviço de Transportes
3. Concurso público 6/07 – Elaboração do Projecto do Anel da Pedrulha – Relatório Final

III - ESTUDOS E PROJECTO MUNICIPAL DO PLANO

1. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008, Normas de Controlo Interno, Regulamento Interno de Fundo de Maneio e Empréstimos de Curto Prazo
2. QCAIII – Medida 1.5. “Apoio às Actividades Económicas; Acções de Desenvolvimento Territorial e Apoio à Eficácia das Políticas Públicas” – Eixo I – Programa Operacional Regional do Centro – Projecto “Inovação, Competitividade e Empreendedorismo – ICE Coimbra” – Relatório Final (conhecimento)

IV - PROTOCOLO E RELAÇÕES EXTERIORES

1. Programa de Música “Km0” – Produtora “Bus” – Apoio

V - APOIO ÀS FREGUESIAS

1. Junta de Freguesia de Torre de Vilela – Protocolo de Delegação de Competências Municipais 2007 – Alteração

VI - CENTRO HISTÓRICO

1. Reconstrução do Imóvel sito na Rua Fernandes Tomás, 83 a 85/Rua Joaquim António de Aguiar, 9 a 13 – 2ª Fase – Revisão de Preços

VII - EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA

1. Agrupamento de Escolas Inês de Castro – Estação Meteorológica na EB1 de Cruz de Morouços

VIII - DESPORTO JUVENTUDE E LAZER

1. Associação de Basquetebol de Coimbra – Pavilhão Multidesportos – Isenção de Taxas
2. Secção de Rugby da Associação Académica de Coimbra – Complexo de Piscinas Rui Abreu – Isenção de Taxas

- IX - **HABITAÇÃO**
 - 1. **Projecto de Intervenção Comunitária – Integração e Realojamento no Parque de Nómadas – 1º Trimestre 2008**
 - 2. **Edifício sito na Rua do Brasil 115 – Posse Administrativa**
- X - **CULTURA**
 - 1. **Associativismo Cultural 2007 – Apoio**
- XI - **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA**
 - 1. **Grandes Opções do Plano e Orçamento – 2008**
 - 2. **5ª Modificação ao Orçamento**
 - 3. **Abate de Autocarro**
 - 4. **Concurso Público para Limpeza Interior e Lavagem Exterior das Viaturas de Transporte Urbano de Passageiros**
- XII - **ASSUNTOS DIVERSOS**
 - 1. **Prédio do Estado sito na Avenida Sá da Bandeira – Hasta Pública**

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: Carlos Manuel de Sousa Encarnação
Vice-Presidente: João José Nogueira Gomes Rebelo
Vereadores: Marcelo Nuno Gonçalves Pereira
Luís Nuno Ranito da Costa Providência
Mário Mendes Nunes
Horácio Augusto Pina Prata
Vitor Manuel Bento Baptista
Álvaro Santos Carvalho Seco
Maria Fernanda Santos Maçãs
Luís Malheiro Vilar
Jorge Filipe de Gouveia Monteiro



A reunião foi presidida pelo Dr. Carlos Manuel de Sousa Encarnação, Presidente da Câmara Municipal, e Secretariada por Arménio Ferreira Bernardes, Director Municipal de Administração e Finanças, coadjuvado por Romina Ferreira Caetano, Assistente Administrativa.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Sr. Vereador Gouveia Monteiro

1. Reuniões da Câmara Municipal de Coimbra

Atendendo a que a reunião de hoje é a reunião que deveria ter lugar no próximo dia 17 do corrente, o Sr. Vereador gostaria de saber qual é a intenção do Sr. Presidente relativamente a esta matéria e se pretende, ou não, realizar mais alguma reunião antes do final do ano, em virtude de ter alguns processos relativamente urgentes que têm de ser, ainda, objecto de deliberação de câmara.

2. Bairro do Ingote

O Sr. Vereador manifestou a sua total indignação e estupefacção pelas notícias vindas a público relativas à intervenção do Sr. Vereador Pina Prata, notícias essas, aliás, publicadas sem qualquer preocupação pelo princípio do contraditório. Na referida intervenção, o Sr. Vereador Pina Prata demonstra, no seu entender, a maior irresponsabilidade e covardia que já o têm caracterizado noutros momentos. A irresponsabilidade consiste em afirmar sem, primeiro, ter o cuidado de se prevenir e confirmar a veracidade das insinuações que fez. Tem conhecimento que o Sr. Vereador foi contactado, pessoalmente, por uma das engenheiras responsável pela empreitada relativamente à qual fez as afirmações e, nessa altura, questionou-a sobre a razão pela qual não o tinha avisado antes, como se a técnica em causa tivesse a obrigação de saber que iria fazer aquele tipo de intervenção na reunião do Executivo e lançar as suspeitas que lançou sobre uma

empreitada que ela fiscaliza. O Sr. Vereador Pina Prata, na sua irresponsabilidade, dá voz a todas as pessoas que querem fazer mal à cidade e pretendem lançar calúnias sobre o trabalho de técnicos e Vereadores desta Câmara Municipal, por mais digno e sério que seja. Acresce que esta irresponsabilidade é tanto mais grave porque o Sr. Vereador Pina Prata sabia, pelo menos desde a reunião de câmara do passado dia 19, que estava pendente um importantíssimo financiamento para esta Autarquia que poderia ter sido seriamente comprometido com as acusações efectuadas. É um financiamento de 1 milhão de euros, grande parte do qual a fundo perdido, relativo precisamente à empreitada visada pelo Sr. Vereador. Felizmente, no mesmo dia em que saíram as notícias sobre essas declarações, o Departamento de Habitação recebeu a comunicação do IHRU sobre a comparticipação, não apenas desta empreitada, mas também da empreitada do Bairro de Celas, o que significa que a avaliação, por parte do Estado, reconhece que a execução destas obras está a ser feita correctamente. Acresce a tudo isto que, no plano político, há uma mistura, na intervenção do Sr. Vereador Pina Prata, particularmente estranha. Assim, da leitura da acta de 3 de Dezembro ressalta, de forma clara, que a intenção do Sr. Vereador é atingir o Sr. Presidente, mas lateralizando e confundindo deliberadamente competências delegadas noutros membros do Executivo, quer ao nível dos espaços verdes, do equipamento desportivo, da iluminação pública, da limpeza urbana e outros. Sobre a proposta em concreto, parece-lhe que a mesma é descabida, até porque se vive num estado de direito, onde quem acusa prova, isto é, terá de ser o Sr. Vereador Pina Prata a provar aquilo que disse e não o contrário. De qualquer forma, afirmou que a avaliação ao seu trabalho e ao do seu Departamento é uma questão que não o preocupa absolutamente nada e está completamente à vontade nessa matéria, até porque as obras feitas no âmbito do Departamento de Habitação são, permanentemente, avaliadas. Agora entende que o que não pode acontecer é colocar-se em causa a integridade e honestidade dos técnicos que, todos os dias, dão o melhor e se esforçam para desempenhar um bom trabalho. Em tempo oportuno teve oportunidade de prestar uma informação detalhada sobre a empreitada em curso no Bairro do Ingote, que é uma empreitada extremamente delicada, levada a efeito com os moradores, na sua maioria, dentro das casas e, obviamente, num Bairro que tem 20 e tal anos de vida não se pode pretender que existam duas casas na mesma situação e a boa gestão dos dinheiros públicos não permite que se substituam soalhos, portas, ou outro tipo de materiais ainda em bom estado, pelo que, em rigor, não existem duas habitações onde as obras a executar sejam exactamente as mesmas. Terminou, solicitando aos Srs. Vereadores que, sempre que tenham dúvidas relativas ao Departamento de Habitação, tenham a delicadeza de se informarem previamente, sendo certo que, por parte do Sr. Vereador Pina Prata, não conta com este tipo de atitude.

Intervenção do Sr. Vereador Pina Prata

1. Bairro do Ingote

Em resposta às afirmações do Sr. Vereador Gouveia Monteiro, o Sr. Vereador Pina Prata proferiu a seguinte intervenção:

“Eu gostaria de referenciar que, há sensivelmente 1 ano, o Sr. Vereador também ficou furioso com o que veio nos órgãos de comunicação social com uma intervenção feita por mim relativamente à questão do Centro Histórico, pelo que já é recorrente a sua fúria quando as questões são feitas relativamente às suas áreas, porque quando é o Sr. a colocá-las já está tudo bem. Além disso, gostaria, Sr. Presidente, de dizer o seguinte, que é com grande esforço que estou nesta reunião, porque, como sabe, o Sr. fez uma proposta na última reunião, que está na gravação, e por isso é que eu faço questão que seja remetida para a acta a gravação do que é e do que foi solicitado pelo Sr. Presidente, que é uma reunião extraordinária e, portanto, nesse sentido, solicito que seja transcrita exactamente essa proposta, que o Sr. Presidente fez, para a acta, porque em função duma reunião extraordinária passou-se para uma reunião ordinária. E foi com grande esforço que vim aqui, principalmente pela situação que sabia que o Sr. Vereador Gouveia Monteiro iria falar neste assunto e para que a Comunicação Social ou quem quisesse não dissesse que não tinha vindo com receio de alguma coisa, estou aqui. Mas digo-lhe, Sr. Presidente, que compreendo, depois da ordem de trabalhos, que trocando-se uma reunião extraordinária por uma reunião ordinária, o Sr. fez tudo para que eu estivesse ausente, porque não se compreende que inicialmente tenha proposta a data de dia 12 e depois, em virtude de eu não poder estar dia 11 tenha alterado a data para este dia. E, portanto, a análise que eu fiz à ordem de trabalhos é óbvio que se nota que uma das questões é o orçamento e o plano de actividades e gostaria de dizer, desde já, que não me revejo nos documentos aqui apresentados. Assim, compreendo que queria evitar a discussão a todo o custo e que eu não estivesse aqui. Queria-lhe dizer, também, claramente o que é feito das promessas. Digo-lhe também que me sinto traído e enganado com algumas questões e espero pela discussão do orçamento e plano de actividades para que o Sr. o justifique, porque não eram estas as linhas de rumo quando o Sr. me convidou para estar na sua equipa e, por outro lado, nesta coligação. Por esta razão esta introdução e digo, mais uma vez, que percebo por que é que não me queria aqui hoje, mas sempre lhe digo que vou continuar a andar por aqui, porque é nessa base que o meu trabalho se desenvolve e é por isso que fui eleito. Quanto ao Sr. Vereador Gouveia Monteiro: Sr. Vereador, eu não esperava outra coisa do Sr., mas eu remeto-o para uma situação que é esta, primeiro foi-me solicitado, aliás o Sr. já fez isto várias vezes, teve reuniões e depois veio aqui fazer-se de santo, portanto não tinha o dever de entrar em contacto com o Sr. Vereador por uma reunião que me foi solicitada, enquanto vereador, por uma Associação de Moradores do Bairro do Ingote. E tive ocasião de receber a Direcção e também tive ocasião de, com os elementos disponíveis, fazer sentir à Câmara o que se estava a passar. Porque quando

as coisas são de tal maneira graves elas devem ser públicas e devem ser claras e transparentes. Isso que fundamentou, ainda bem porque quando o Sr. ouviu do Sr. Presidente da Câmara numa inauguração, e isto é público e os órgãos de comunicação referenciaram-no, que quando foram denunciadas anormalidades na execução das obras o Sr. Presidente concordou que na verdade os dinheiros públicos devem ser gastos com rigor. Portanto, e nesse sentido, nada melhor que a transparência das situações e nada melhor que aqui nos órgãos próprios seja esclarecida a transparência dessas situações e por isso é que quando eu disse que seja constituída uma comissão independente é no sentido de uma análise, atendendo às situações graves que me foram transmitidas e entregues nessa reunião, porque não me restou alternativa que não fosse entregá-las aqui. E, portanto, nesse sentido, entreguei esses elementos e disse mais, disse que se o Sr. Presidente da Câmara Municipal quiser mais elementos eu terei ocasião de lhos entregar, atendendo às situações. Portanto, Sr. Vereador, não esteja aí como virgem ofendida, que é mesmo o termo correcto, porque não lhe fica bem esse tipo de coisas. Por outro lado, também não lhe fica bem o Sr. Vereador, em vez de responder no lugar próprio, fazer artigos de opinião e mandar fazer artigos de opinião aos seus “muchachos”, ou seja, a funcionários do Centro Comunitário do Bairro da Rosa, o que considero uma utilização abusiva do poder que o Sr. tem enquanto Vereador. E quando o fizer, ao menos reveja os textos antes de os mandar publicar nos órgãos de comunicação social. Também lhe digo, claramente, que em função do que foi dito também já foi entregue aos meus advogados os elementos necessários para tratar juridicamente das situações que efectivamente o Sr. referencia num artigo de opinião e que outros “muchachos”, seus acólitos, referenciam nos artigos de opinião. E portanto, também lhe digo já que me foi comunicado pela Associação de Moradores do Bairro do Ingote que amanhã irá ser feita uma Conferência de Imprensa, pelas 18 horas, onde terão ocasião de demonstrar as evidências que sejam necessárias porque eles também, segundo parece, foram colocados em causa pelos seus “muchachos”. Quanto ao que o Sr. disse que uma pseudo-técnica me contactou, também lhe digo já que é mentira. Eu não trocava impressões com essa senhora. O Sr. está a deturpar, aliás como é norma, as situações e isso até lhe fica mal. Porque, agora percebi, uma técnica falar para o meu telefone, por sua indicação, a querer enquadrar e separar esta situação, digo-lhe o seguinte, quem pára ou quem não pára isto é a Associação de Moradores. Eu só vim fazer o que devia fazer enquanto Vereador e se acha que as pessoas que são perseguidas, as pessoas que efectivamente não têm voz nestas reuniões de Câmara, pois pode ter a certeza que estou aqui como uma pessoa que denunciará as situações que entender. E também lhe digo, Sr. Vereador, se achar que há alguma coisa que deva denunciar da minha parte, faça-o, não mande atoardas para a frente, faça-o directamente, cara a cara, e não através dos seus “muchachos” e dos seus acólitos. E o Sr. vai ver os seus acólitos sentarem-se onde se devem sentar. E, portanto, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, gostaria de referenciar isto, mais uma vez, só lhe fica bem a constituição duma comissão independente. Os dados que me foram disponibilizados, considero-os extremamente graves. O Sr. Presidente teve ocasião de dizer isto publicamente, no aniversário da Associação onde o Sr. esteve, que os dinheiros públicos têm de ser bem gastos e bem geridos. E, portanto, eu digo-lhe uma coisa, se eu tivesse estado nesse aniversário e ouvido isso, a primeira coisa que faria era essa situação. E o Sr. não o fez. E o que é que aconteceu durante este período? Aconteceu que a Associação mandou 15 ofícios, que eu juntei e apresentei aqui. Portanto, Sr. Vereador, como não me sinto ferido na dignidade mas sim ofendido na parcialidade que o Sr. está a usar, porque se quiser ver outras actas há muitas reuniões em que o Sr. fez o que foi feito, que foi ouvir as pessoas e depois falar aqui na Câmara. Alguma vez o Sr., quando estive todo este tempo como Vereador, quantas questões foi ouvir à sociedade civil e trouxe-as cá, com questões relativas aos seus pelouros? E falou antes comigo? Portanto, não fique aí ofendido dessa forma porque na última reunião eu também disse que era pena o Sr. não estar presente para se poder defender, mas eu não tenho culpa que a Associação me tenha contacto e me tenha feito chegar estas questões. Para finalizar, digo mais uma vez que já fiz chegar estes elementos aos meus advogados, para tratarem do processo em conformidade, nomeadamente com a carta que o Sr. Vereador Gouveia Monteiro fez chegar à Comunicação Social, com algumas insinuações, e de opiniões que dois funcionários dele introduziram em artigos de opinião.”

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro, em resposta a esta intervenção do Sr. Vereador Pina Prata, começou por esclarecer que não tem nem “muchachos” nem acólitos e que não encara ninguém nestes termos. Esclareceu, ainda, que no Departamento de Habitação não há acumulação de vencimentos, seja de quem for, com outras empresas municipais e que o capital é, exclusivamente, da Câmara Municipal de Coimbra. Toda a gente que lá trabalha ingressou por concurso público e a linguagem imprópria que foi utilizada é a linguagem de quem vê sempre os outros à sua imagem. Quanto à matéria concreta, o Sr. Vereador quis deixar claro que a Associação de Moradores tem, desde sempre, a garantia de ser ouvida pelo Vereador do Departamento de Habitação, participando em todas as reuniões que são regularmente realizadas. Finalmente, e após ouvir o Sr. Vereador Pina Prata, o Sr. Vereador insistiu na proposta de que seja determinada pela Câmara Municipal uma avaliação relativamente à empreitada em causa.

Intervenção do Sr. Presidente

1. Reuniões da Câmara Municipal de Coimbra

O Sr. Presidente esclareceu que, como é óbvio, a reunião de hoje é a reunião ordinária que deveria ter lugar no dia 17 deste mês, que foi antecipada atendendo ao facto de existirem processos que precisam de ser preparados atempadamente para serem presentes à sessão da Assembleia Municipal do próximo dia 21 de Dezembro e realizada hoje por uma

questão de elegância, uma vez que o líder da bancada da oposição não poderia estar presente no dia 12, em virtude de ter votações na Assembleia da República. Por outro lado, equacionou a possibilidade de ser realizada uma reunião até final do ano, provavelmente no dia 27 de Dezembro.

Na sequência desta intervenção do Sr. Presidente, o Sr. **Vereador Pina Prata** disse o seguinte:

“Eu gostaria de dizer o seguinte de uma maneira franca – Solicito, para os devidos efeitos, a gravação da reunião anterior, porque o Sr. Presidente está a faltar à verdade, porque o que foi solicitado foi a realização de uma reunião extraordinária e por isso é que eu tive ocasião de dizer isto no início, que foi transformada uma reunião extraordinária numa ordinária e por isso é que estou aqui com graves dificuldades em virtude de coisas minhas, e estou aqui em virtude de terem transformado uma reunião extraordinária numa ordinária, com período antes da ordem do dia, por isso digo mais uma vez que gostaria que ficasse na acta a transcrição exacta de quando o Sr. faz a proposta duma reunião extraordinária. Portanto, para os devidos efeitos e para aqueles que achar convenientes, gostaria de ter essa gravação porque, obviamente, estamos aqui reunidos em relação a esta matéria, mas não é verdade o que o Sr. disse.”

ORDEM DO DIA

PONTO I - ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS

I.1. Acta da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 03 de Dezembro de 2007

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

PONTO II - FINANCEIRO

II.1. Situação Financeira

Foi presente o balancete referente ao dia 10 de Dezembro de 2007, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 5.060.983,78 € (cinco milhões sessenta mil novecentos e oitenta e três euros e setenta e oito cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 3.042.857,11 € (três milhões quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta e sete euros e onze cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 2.018.126,67 € (dois milhões dezoito mil cento e vinte e seis euros e sessenta e sete cêntimos).

Deliberação n.º 4285/2007 (11/12/2007):

- **Tomado conhecimento.**

II.2. Ajuste directo n.º 552/2007 – Serviço de Transportes

A Divisão de Gestão Social solicitou a aquisição de serviço de transporte para a deslocação do Grupo Solteiras e Casadas do Ingote, no dia 15 de Dezembro, à Mealhada, no âmbito do tradicional jantar de Natal.

Assim, e nos termos da informação n.º 39750, de 30/11/2007, da Divisão de Património e Aprovisionamento, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4286/2007 (11/12/2007):

- **Adjudicar à Rodoviária da Beira Litoral, S.A. o serviço de transporte do Grupo Solteiras e Casadas do Ingote, no dia 15 de Dezembro, à Mealhada e regresso, pelo valor de 225,00 € (IVA incluído à taxa de 5%).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.3. Concurso público 6/07 – Elaboração do Projecto do Anel da Pedrulha – Relatório Final

Relativamente a este assunto, de acordo com a informação n.º 39848, de 03/12/2007, da Divisão de Património e Aprovisionamento, e conforme o projecto de decisão final formulado pelo júri nos termos do art.º 109, n.º 1, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4287/2007 (11/12/2007):

- **Excluir a proposta de Viaprojectos, Consultores de Engenharia e Arquitectura, Lda., ao abrigo do disposto no art. 106.º, n.º 3, do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, considerada inaceitável por violar o n.º 6.6 do programa de concurso;**

- **Adjudicar ao consórcio constituído por Grafermonte – Consultadoria, Projecto e Fiscalização, Lda. e Cenorplan, Planeamento e Projectos, Lda. a elaboração do projecto do Anel da Pedrulha, objecto do concurso público n.º 6/2007, pelo valor total de € 499.530,00 acrescido de IVA (21% - € 104.901,30), somando € 604.431,30.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO III - ESTUDOS E PROJECTO MUNICIPAL DO PLANO

A Sra. Vereadora Fernanda Maçãs ausentou-se da reunião durante a discussão deste assunto, não tendo já participado na respectiva votação nem dos pontos subsequentes.

III.1. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008, Normas de Controlo Interno, Regulamento Interno de Fundo de Maneio e Empréstimos de Curto Prazo

O Sr. Vereador Marcelo Nuno disse que se iria limitar a fazer referência a alguns aspectos que considera importante salientar. Assim, chamou a atenção para a evolução comparativa entre a receita corrente e a despesa corrente, onde podemos constatar que a receita corrente foi superior à despesa corrente, o que é, sem margem para dúvida, um factor extremamente positivo. No que diz respeito à receita em termos gerais, expurgando os efeitos da dívida e da Águas de Coimbra e retirando os passivos financeiros e os saldos de tesouraria, encontramos uma situação caricata, que ilustra bem aquilo que tem sido a gestão que se tem levado a cabo, que é a existência de um superavit significativo que é absorvido por um défice de capital, o que demonstra que se está a gerar receita corrente que é aplicada em investimento. Para além disso, o Sr. Vereador disse que era, ainda, importante enfatizar que nem toda a despesa de capital está inscrita em despesa de capital, isto é, há muita despesa corrente que, em bom rigor, é investimento, porque a modalidade em que ela é contratada impõe que seja considerada e contabilizada como sendo corrente. Um outro aspecto que considera importante diz respeito à aproximação que se conseguiu entre a receita cobrada e a despesa facturada. Já no que concerne ao endividamento, verifica-se que a dívida de curto prazo diminuiu significativamente, não obstante a capacidade de endividamento da Câmara Municipal ainda não se encontrar no seu limite. Quanto às Grandes Opções do Plano para 2008, o Sr. Vereador referiu que as linhas orientadoras deste documento são, basicamente, a redução da despesa e do endividamento de curto e médio prazo, sendo que o principal objectivo é ter a dívida controlada até aos 10 milhões de euros, valor que é considerado aceitável e que não causa problemas. Uma outra aposta passa por criar condições para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Julga que os grandes objectivos que se tinham estabelecido, e que passavam pela contenção da dívida, pela redução da despesa corrente relativamente à receita corrente e de consolidar financeiramente a Câmara Municipal, credibilizando-a e conferindo-lhe poder negocial estão conseguidos, apesar de, evidentemente, existirem ainda alguma debilidades e constrangimentos que precisam de ser ultrapassados. Portanto, esta é a realidade actual que permite encarar o futuro com optimismo e confiança. No que concerne aos orçamentos, pode-se constatar que eles têm vindo a decrescer ano após ano, numa tentativa clara de os aproximar, cada vez mais, daquilo que é a verdadeira capacidade de execução e de realização da receita, sendo certo que esta circunstância poderá originar um maior número de alterações orçamentais, se bem que um dos objectivos traçados para o ano em curso se prende, também, com a redução das alterações orçamentais, obrigando a uma maior capacidade de previsão por parte de cada um dos serviços, havendo uma proximidade cada vez maior entre aquilo que é previsto e aquilo que é executado. O Sr. Vereador disse, ainda, que a receita corrente para o próximo ano aumenta ligeiramente, estando a prever-se um aumento da mesma de 1.655 mil euros, sendo que se tem constatado que as previsões que têm sido feitas no âmbito das receitas têm sido sempre bastante aproximadas da realidade, o que é mais uma evidência do rigor com que tem sido encarada quer a elaboração do Orçamento, quer a gestão dos dinheiros da Câmara Municipal. Quanto ao orçamento da despesa, também ele prevê uma diminuição da despesa corrente. E isto importa realçar pois, apesar do aumento do nível de vida, do aumento da inflação, do aumento das taxas de juro e dos impostos, o esforço feito conseguiu uma redução da despesa, confirmando, uma vez mais, o rigor que estas questões merecem. Comparando as Grandes Opções do Plano (GOP) deste ano com as do ano passado verifica-se que existe uma diminuição de cerca de 1946 mil euros, mas esta diminuição é aparente, porque as GOP comportam, também, os valores relativos às dívidas e outros compromissos, pelo que se a comparação tiver apenas em linha de conta as importâncias disponíveis, é manifesto o aumento da capacidade de realizar obra e de proceder a investimentos. Chamou, ainda, a atenção para o facto dos valores correspondentes à Cultura se encontrarem falseados, isto é, o orçamento parece menor do que é na realidade, uma vez que o do ano passado estava excessivamente empolado pela aquisição dos equipamentos para o Teatro da Quinta da Cerca de S. Bernardo. Portanto, e com excepção desta rubrica, todas as outras cresceram relativamente ao ano passado. Verifica-se também um reforço significativo das verbas referentes à promoção da habitação e à reabilitação do Centro Histórico, infra-estruturas sanitárias, espaços verdes e acessibilidades, na educação, desportos e tempos livres e muitas outras. O Sr. Vereador considera também importante o facto de haver uma correspondência cada vez maior entre o cabimentado, o executado, o facturado e o pago, o que significa que se está numa situação muito boa, comparável mesmo, em alguns casos, a algumas empresas privadas,

sendo a margem de não executado no orçamento de apenas 20%, o que é um sinal de transparência e de rigor, algo que marca este mandato com a diferença entre aquilo que se diz e aquilo que se faz.

O Sr. Vereador Pina Prata disse o seguinte:

“Sr. Presidente, Srs. Vereadores, é só para transmitir que após este assunto da ordem de trabalhos eu vou-me ausentar, dando depois a minha indicação de voto para os pontos subsequentes, e peço a vossa compreensão mas não poderei continuar. Eu tive ocasião de dizer no início e volto a reafirmar que não me revejo neste Plano de Actividades e Orçamento para 2008, por um conjunto de promessas e intervenções que esta coligação teve ocasião de referenciar que não estão a ser cumpridas na íntegra, eu irei focá-las no que a mim me diz respeito em termos de intervenção global, e portanto, aquilo que o Sr. Vereador Marcelo Nuno referenciou foi mais numa perspectiva de controlo orçamental, e isso, sim, é uma análise que é positiva, agora na questão de estratégia, na questão de posicionamento de actividades em função dos compromissos que foram estabelecidos, há um conjunto de questões que é importante referenciar e é importante que o Sr. Presidente efectivamente em relação a essas intervenções referencie o porquê destas opções, opções que têm um conjunto de desarticulações em relação ao prometido aos cidadão de Coimbra. Assim, vou passar a ler o seguinte documento:

“Plano de Actividades e Orçamento para 2008

Após uma análise aprofundada ao orçamento e plano de actividades de 2008, verifica-se que após uma baixa no plano de actividades e orçamento de áreas de desenvolvimento económico no ano de 2007 de 40% a 60% continua uma baixa incompreensível em áreas vitais para a afirmação económica e o seu desenvolvimento em áreas, como são:

- Desenvolvimento Sócio-Económico
- Fomento de actividade sócio-económica
- Turismo
- Equipamentos estruturantes;

O que implica uma desorçamentação média de 40% para o ano de 2008.

No total da rubrica 0.2 – Estruturação do Território e Desenvolvimento Sócio-Económico nota-se uma quebra de investimento das GOP's em 2007 de 12.651.000 € para 2008 9.641.264 que envolve uma quebra de 30%.

Verifica-se que áreas como Qualificação Urbana, Centro Histórico, Educação, Desporto e Habitação se mantêm os valores aproximadamente de 2007 para 2008.

O maior choque neste orçamento é a Cultura que desce no orçamento de 3.932.000 € de 2007 para 1.879.000 € para 2008, uma queda de 50%.

O verdadeiro despesismo e não controle de gestão é o aumento de verbas para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 3.720.000 € para 2007 para 4.760.000 € para 2008 um aumento de 30%.

Quanto aos parques empresariais novos verifica-se que o panorama é gravíssimo:

Parque Industrial de Taveiro 2ª Fase	10 €
Parque Industrial de Eiras 2ª Fase	10 €
Parque Industrial Lamarosa/Andorinha	0 €
Parque Industrial Assafarge	0 €
Zona Industrial Vilela/Fornos	10 €
Loteamento Industrial Arroiteia	10 €
Zona Estratégica de Localização Económica/P. Logística	10 €
Expansão e Requalificação do Aeródromo Municipal	10 €
Novas Áreas de Desenvolvimento Económico	10 €
Sociedade Gestora de Parques Empresariais	10 €

Quanto à dinamização e apoio a actividade empresarial

Observatório Económico de Coimbra	10 €
Ouvir para Intervir	10 €
Prémio Inovação e Excelência	10 €
Rede cooperação nacionais e internacionais	10 €

Quanto à dinamização e apoio ao Comércio Tradicional

Mercado Calhabé	10 €
Mercado D. Pedro V – Animar o Mercado	10 €
Projecto de Urbanismo Comercial	10 €
Promoção do Comércio Tradicional	10 €
Urbanismo Comercial da Alta de Coimbra	10 €
Centro Social e Casa de Repouso	10 €
Arranjo Urbanístico Calouste Gulbenkian	10 €
Outras acções promocionais	10 €

Vias Estruturantes/Vias e Acessibilidades

Não existe definição clara de verbas e planeamento de execução

Via estruturante	S. Clara/S. Martinho do Bispo – 10 € Via rápida/Rua dos Covões – 10 €
Via estruturante	Taveiro – Ribeira de Frades – 10 €

Não há uma definição clara de orçamento para as vias estruturantes de interesse público, a saber:

(Plano Plurianual de Investimentos)

Interligação da Circular Interna/Circular Externa – Acesso ao novo Hospital Pediátrico

(Verbas globais para Projecto, Expropriações, Empreitada, com cabimentação plurianual, 1ª Fase. 2ª Fase)

Anel Rodoviário da Pedrulha, ligação da Circular Externa ao Parque Empresarial de Eiras/Nó do IC2/Estrada da Figueira.

(Verbas globais para Projecto, Expropriações, Empreitada, com cabimentação plurianual, 1ª fase, 2ª fase).

Os valores previstos no orçamento são:

Anel da Pedrulha	10 €
Circular externa ao Hospital Pediátrico	3880 €

O que demonstrou um sinal ao Governo de deixar andar a passo de caracol o Hospital Pediátrico.

Outros projectos estruturantes:

Nova Estação de Coimbra B Prod. 03-002.2002/352	2007 10 €	Anos Seguintes 0
--	--------------	---------------------

Quanto ao desenvolvimento sustentável e democracia participativa teremos:

Agenda Local 21 Prod. 03-004-2005/103	2007 10 €	Anos Seguintes 0
--	--------------	---------------------

Por outro lado, vimos com grande pompa a apresentação de um documento em 19/11/2007 – Política de Cidade-Coimbra-Um Sentido Para a Polis.

Foi com grande expectativa que analisámos o documento baseado nas intervenções estratégicas para o QREN (2007-2013), sistematizado nas obras de:

- Renovação e Requalificação dos Centros das Cidades
- Criação de infra-estruturas e equipamentos

2.1.1.	Polis – 27,8 M. euros – CMC
2.1.2.	Convento S. Francisco – 21.2 M. Euros - CMC
2.1.3.	Pavilhão Multiusos – 6 M. Euros – CMC/ACIC
2.1.4.	Expl. Inf. D. Henrique – 3.3 M. Euros – CMC/Expl.
2.2.2.	SMTUC - 170 M. Euros – CMC
	Valorização Estádio Universitário – 5.0 M. Euros – CMC/UC
2.2.3.	Ponte Pedonal – 4.0 M. Euros – CMC
2.2.4.	Paredão do Mondego – 1.5 M. Euros – CMC
2.3.	Interface Coimbra B/P. Multiusos – 25.2 M. Euros-CMC
2.4.1.	SRU – 52.0 M. Euros - CMC
2.4.2.	Acta – Centro Histórico – 7.0 M. Euros – CMC
2.4.3.	Património Mundial – 70.0 M. euros – UC/CMC

Após análise do orçamento de 2008 e anos seguintes no plano plurianual de investimentos, verificamos que o orçamento para estes anos do Proj. 02.009.2008/232 – Política de Cidades para 2008 e de 10 €e anos seguintes é 0.

Aqui se verifica a falta do rumo estratégico e de rigor na execução dos orçamentos e planos de actividades.

Se a CMC quer projectos aprovados, executá-los e reivindicá-los ao Governo e ao QREN não pode dar estes exemplos de algum desnorte na estratégia orçamental de execução e gestão de projectos.”

O Sr. **Vereador Luís Providência** disse que iria fazer uma breve apresentação sobre os contributos apresentados pelas áreas que tutela, mediante a leitura do seguinte documento:

“PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Objectivos/Programas:

01006 – Infra-estruturas Sanitárias e Higiene Pública

01007 – Ambiente, Espaços Verdes e Jardins

EDUCAÇÃO, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Objectivos/Programas:

05005 – Instalações e Equipamentos Desportivos

05006 – Fomento e Formação Desportivos

05007 – Juventude, Lazer e Prevenção das Toxicodependências

A nossa proposta visa garantir as condições necessárias ao desenvolvimento de objectivos e programas, de forma equilibrada com o todo do Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Coimbra.

É nossa convicção que, se não houver condicionantes artificiais à execução do Plano e Orçamento, um nível aceitável de serviços será garantido, quase sempre, nas (01006) Infra-estruturas Sanitárias e Higiene Pública e no (01007) Ambiente, Espaços Verdes e Jardins, sendo que esta proposta permite retomar o investimento franco em (05005) Instalações e Equipamentos Desportivos, permitindo mesmo perspectivar o futuro com optimismo, introduzindo novos caminhos e estratégias para o (05006) Fomento e Formação Desportivos, não deixando de assumir o acompanhamento das políticas europeias e nacionais de 05007 – Juventude, Lazer e Prevenção das Toxicodependências.

01 006 e 01 007 – Neste grupo de Objectivos/Programas, entende-se realçar a premente necessidade de remodelação das instalações municipais do Algar e do Horto Municipal, a modernização da frota (de recolha e limpeza), a substituição do material de deposição de resíduos, a revisão do Plano de Acção Municipal sobre Resíduos Sólidos Urbanos, o reforço da rede de parques infantis, a remodelação do equipamento básico da Divisão de Espaços Verdes, bem como as obras de ampliação, remodelação e reestruturação do Centro Municipal de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Coimbra.

São exemplo as seguintes acções:

01 006 2001/27 – Arranjo das instalações municipais do Algar

2. Obras de remodelação 100.000,00 (187.725,00 inicialmente proposto)

Ficam comprometidas:

a) Pavimentação do parque de viaturas e máquinas (2009).

b) Substituição das coberturas existentes em fibrocimento (2009).

01 006 2002/108 – Modernização da frota

1. Manutenção e renovação de material de transporte 237.100,00

(Só para manutenção e compromissos anteriores)

Nota: Novas aquisições:

a) Aquisição de 5 viaturas de recolha de RSU 8 a 15 m³.(756.000,00)

b) Aquisição de 1 viatura para contentores enterrados (175.500,00)

c) Aquisição de 1 viatura tipo multilift/amplirrol 3 eixos

d) Aquisição de 2 viaturas tipo pick-up c/ contentor

A serem garantidas pelo Exmo. Senhor Vereador Dr. Marcelo Nuno através de operação de Leasing, conforme combinado.

01 007 2002/124 - Parques Infantis

1. Aquisição, montagem e adaptação (137.650,00 dos quais só 64.504,00 livres de dívida, o que apenas garante a construção de 2 ou 3 parques em função da sua dimensão. O valor inicialmente proposto -200.000,00- garantia 8 a 10 novos parques infantis).

0 1007 2005/71 – Plano de Acção Municipal sobre RSU

1. Elaboração do manual de boas práticas (67.940,00).

Assistiu-se a uma revisão do PERSU I, no ano de 2006.

Assim, verifica-se a necessidade de efectuar uma revisão do próprio PAMRSU.

7. Optimização dos circuitos de recolha e limpeza RSU – Estudos e Projectos (10.000,00) Valor inicialmente proposto 22.500,00.

Chamamos a ATENÇÃO para:

1. A proposta de transferência para o DOGIEM da: Requalificação do Cemitério Municipal da Conchada 01 006 2002/122, cuja dotação inviabiliza intervenções identificadas como inadiáveis (ex. 4. Recuperação do Jazigo Municipal 10,00)

2. Aquisição de outras viaturas.

Aquisição de 3 varredoras urbanas 01 006 2002/108 2 A. Aquisição de viatura tipo Pick-up com cabine dupla de caixa aberta 01 006 2002/112 1 A (SMV)

Aquisição de viatura ligeira chassis/cabine dupla, caixa aberta basculante 3.500Kg 01 007 2002/129 3 A

Aquisição de Pick-up 01 007 2002/129 3 B

A serem garantidas pelo Exmo. Senhor Vereador Dr. Marcelo Nuno através de operação de Leasing, conforme combinado.

Relativamente ao PROGRAMA OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO GOP 2008

1. As GOP 2008 para o desporto, 05.005 – Instalações e Equipamentos Desportivos e 05.006 – Fomento e Formação Desportiva foram apresentadas nos seus objectivos operacionais aos membros do Executivo no passado dia 22 de Outubro;

2. A organização das GOP obedeceu à versão preliminar do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo e aos Objectivos Operacionais nele contidos para os Programas Anuais;

3. O valor encontrado no estudo que efectuámos para estas áreas projecta uma necessidade de investimento até ao final do mandato de cerca de 9 milhões de euros. A redução financeira que nos foi pedida para as GOP 2008 obedece às orientações que referimos, garantindo o funcionamento da área e projectando as GOP 2009 e o final do mandato;

4. A proposta que nos foi apresentada pelo Gabinete do Exmo. Senhor Vereador Dr. Marcelo Nuno, não obedecendo a qualquer critério metodológico de distribuição por Projectos e Acções das GOP 2008, obrigar-nos-á, de acordo com o combinado, a uma reestruturação completa da distribuição do valor global das GOP para o desporto, na 1ª alteração orçamental de 2008, sem a qual ficarão comprometidos Projectos e Acções fundamentais no processo de desenvolvimento desportivo concelhio;

Assim, manter a actual distribuição das GOP para esta área significaria inviabilizar entre outros projectos e acções:

- A Construção da 1ª Fase do Centro Desportivo e de Estágio de Bencanta que contemplaria a construção de um relvado sintético com instalações de apoio;
- A continuação do funcionamento da Unidade de Gestão Técnica e naturalmente a conservação e manutenção dos Complexos Desportivos de Piscinas de Coimbra;
- A Requalificação de Grandes Campos de Jogos (Rede de Relvados Sintéticos) dos clubes do concelho;
- A Rentabilização desportiva de Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos Municipais como garante da melhoria do seu auto-financiamento;
- O bom funcionamento de Coimbra como sede nacional do Ano Olímpico 2008.
- A Formação dos Recursos Humanos dos Agentes Desportivos dos Clubes de Coimbra.

5. Importa referir que, no entanto, fruto da discussão sobre esta área, as GOP para o desporto garantirão um crescimento do apoio à prática desportiva dos cidadãos de Coimbra em relação às verbas disponíveis em 2007.

A construção de uma matriz como linhas de orientação para a construção do Programa Operacional de Desporto na Câmara Municipal de Coimbra – GOP 2008 – fundamentou-se na necessidade da existência de um documento inicial de trabalho que objective desde já uma reformulação no funcionamento da estrutura desta Área de Trabalho da Autarquia, tanto do ponto de vista organizacional, como operacional na implementação no terreno.

Construíram-se dois Planos; o Plano de Suporte ou Instalações e Equipamentos Desportivos (05.005) e o Plano Operacional ou de Fomento e Formação Desportiva (05.006), procurando que o primeiro seja o apoio fundamental para a implementação do trabalho no segundo.

Reorganizaram-se os projectos existentes nas GOP de uma forma mais racional e de acordo com princípios de áreas de desenvolvimento desportivo.

Adequar a actual estrutura das GOP aos Objectivos Operacionais definidos para 2008 para estas áreas permitirá cumprir as orientações definidas como fundamentais no processo de desenvolvimento desportivo concelhio, a saber:

1. Liderar, Promover e Impulsionar a ordenação e estruturação do sistema desportivo conimbricense, e a coordenação e colaboração de todos os agentes que o integram;
 - 05 005 2004/137 - Estudos e publicações, projectos e parcerias
 - 05 006 2004/147 - Contratos -Programa Formação Desportiva
 - 05 006 2004/148 - Contratos-Programa - Competição Desportiva Não Profissional
 - 05 006 2004/152 - Outros programas de apoio ao associativismo
2. Fomentar e Promover a prática desportiva entre a população da concelho de Coimbra no âmbito e conceptualização do desporto para todos (de participação), com especial atenção aos colectivos em riscos de exclusão social, discapacitados , colectivos desfavorecidos e seniores nos diferentes âmbitos de actuação.
 - 05 006 2004/143 - Expressão físico-motora - escolas do 1ºciclo
 - 05 006 2004/144 - Animação desportiva - 3ª idade
 - 05 006 2004/145 - Projecto de prática desportiva informal e de intervenção comunitária
 - 05 006 2008/57 Todos Diferentes Todos Iguais
 - 05 006 2008/58 Compromisso com o Desporto Social
 - 05 006 2008/60 Rentabilização desportiva de Infra-estruturas e equipamentos desportivos Municipais
3. Definir, Construir, manter as infra-estruturas e optimizar os equipamentos desportivos, assim como gerir as instalações de titularidade municipal.
 - 05 005 2004/124 - Estádio Cidade de Coimbra
 - 05 005 2004/125 - Estádio Municipal Sérgio Conceição
 - 05 005 2004/126 - Complexo de piscinas Rui Abreu
 - 05 005 2004/127 - Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição
 - 05 005 2004/128 - Complexo Olímpico de Piscinas
 - 05 005 2008/ Pavilhão Multidesportos
 - 05 005 2004/131 - Centro Desportivo e de Estágio de Bencanta
 - 05 005 2004/132 - Campos polivalentes, quintais desportivos e parques desportivos de bairro
 - 05 005 2004/133 - Espaços desportivos escolares

- 05 005 2004/134 - Ciclovias e Ecopistas
 - 05 005 2004/185 - Requalificação do Campo da Arregaça - C.F. União de Coimbra
 - 05 005 2005/113 - Outros equipamentos desportivos
 - 05 005 2008/53 Construção e requalificação de equipamentos desportivos
 - 05 005 2008/55 Unidade de Gestão Técnica
 - 05 005 2008/5 Requalificação de Grandes Campos de Jogos (rede de relvados sintéticos)
4. Formar, Capacitar e Actualizar os recursos humanos que intervêm no sistema desportivo conimbricense.
 - 05 006 2008/59 Formação de Recursos Humanos em Desporto
 5. Planificar, Promover e Impulsionar a imagem e projecção exterior do desporto de Coimbra, com o fim de identificar e integrar todo o tipo de acção desportiva no sistema desportivo municipal.
 - 05 006 2004/140 - Campeonatos internacionais
 - 05 006 2004/142 - Iniciativas e eventos
 - 05 006 2004/146 - Eventos desportivos nacionais
 6. Promover os valores sociais, educativos, princípios, comportamentos e ética no desporto como conduta e veículo de solidariedade, sociabilidade, coesão social e respeito pelo meio ambiente como veículo de desenvolvimento sustentável.
 - 05 006 2008/61 Ano Olímpico - Coimbra 2008”

O Sr. **Vereador Álvaro Seco** começou a sua intervenção fazendo referência às palavras proferidas pelo Sr. Vereador Marcelo Nuno relativamente à contenção e ao rigor. Assim, disse que, no seu entender, a contenção da despesa é um mal necessário, que, aliás, é uma postura que já vem do ano passado. Já no que diz respeito a um dos grandes objectivos aqui referenciados, que é a melhoria da qualidade de vida, o Sr. Vereador disse que dum análise mais atenta do documento resulta que nem sempre, na implementação deste objectivo, existe a sensibilidade que seria exigida, como é o caso da verba destinada à execução da sede de um Centro de Saúde que, actualmente, funciona em condições muito difíceis e em favor da melhoria da qualidade de vida dos respectivos utilizadores deveria ter merecido outra atenção. Um outro objectivo prende-se com a promoção da habitação e reabilitação urbana, assinalando o Sr. Vereador o facto de recentemente se terem recebido, do Governo, participações no valor de 2 milhões de euros para financiamento de programas como o Prohabita, o Recria, reabilitação urbana dos Centros Históricos, e outros. No que diz respeito às acessibilidades e vias estruturantes, considera que neste orçamento existem algumas omissões, que se poderão considerar graves, face aos compromissos que têm vindo a ser assumidos. É evidente que o Anel da Pedrulha está contemplado apenas com o projecto; é evidente que a via estruturante Santa Clara/S. Martinho não é minimamente contemplada; é evidente que a questão de Eiras deveria ter tido outra atenção; é evidente que os acessos da Ponte Rainha Santa ao Alto dos Barreiros mereciam outro cuidado. Portanto, sendo certo que estes documentos traduzirão, certamente, o possível, não pode deixar de lamentar que estas realizações, que seriam de extrema importância para as populações, fiquem, uma vez mais, adiadas. Um outro objectivo que merece a atenção do Sr. Vereador é a construção do i.Parque, que, de facto, contempla investimentos significativos mas não pode deixar de realçar que não existe mais nenhum Parque Industrial a ser dotado com verbas importantes, o que, na sua opinião, causa a proliferação de equipamentos industriais descontroladamente um pouco por todo o concelho. No que diz respeito aos equipamentos estruturantes, o que mais ressalta deste orçamento são intenções, com rubricas assinaladas apenas com 10 €. O Sr. Vereador considera, mesmo, que existem rubricas a mais, pois seria preferível que elas fossem em menor número mas dotadas com valores superiores. Por outro lado, o Sr. Vereador frisou que existem muitas iniciativas com as quais está completamente de acordo, como é o caso da política seguida em termos de loteamentos da responsabilidade da Autarquia (Loteamento de Almas de Fala) e o esforço que está a ser desenvolvido para levar a efeito a construção dos refeitórios das Escolas. Também não deixa de ser verdade que fica preocupado com alguns investimentos, designadamente o Centro Cívico do Ingote (13 milhões de euros) e o Centro Cultural da Relvinha (13 milhões de euros), sem que antes se tenha ajuizado da responsabilidade da gestão dos referidos equipamentos e de qual vai ser o custo futuro do respectivo funcionamento. Quanto ao Centro Histórico, parece-lhe que o investimento aqui previsto, e o que tem vindo a ser feito, merece, também, ser elogiado, no entanto, gostaria de encontrar pequenas acções de limpeza e manutenção, de forma a garantir que este pesado investimento se repercuta e o transforme num espaço urbano de qualidade. Quanto às áreas que lhe dizem directamente respeito, isto é, a Protecção Civil e os Bombeiros Sapadores, o Sr. Vereador afirmou que as verbas atribuídas para investimento satisfazem no mínimo as reivindicações manifestadas. Contudo, e no que concerne à Protecção Civil, é esquecido um objectivo de alguma forma importante, que é a execução de passeios no denominado “Caminho de Fátima”. O mesmo acontece relativamente aos Bombeiros Sapadores, que necessitam de mais e melhor equipamento.

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** disse que, na sua opinião, e em termos gerais, este é, sem sombra de dúvida, o melhor orçamento dos últimos três anos, fundamentalmente devido à razão já invocada pelo Sr. Vereador Marcelo Nuno de que as condições para o exercício da capacidade de realização são francamente melhores do ponto de vista financeiro do que têm sido até aqui. No entanto, disse ter algumas preocupações de ordem política, de relacionamento financeiro com o Governo, desde logo no que diz respeito aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de

Coimbra e ao financiamento corrente da empresa, que mantém um ónus grave e injusto sobre a Câmara Municipal e que é algo que, no seu entender, não se poderá ignorar. Mas não é só. Verifica-se, também, que o relacionamento financeiro com o Governo, na área da Educação, começa a mostrar-se profundamente desequilibrado, com prejuízo para a Câmara Municipal. Assim, nas contas que fez, no conjunto das áreas da educação, compreendendo competências transferidas há mais tempo e outras mais recentemente para os Municípios, a Câmara Municipal gasta 4 milhões de euros e recebe pouco mais de 2 milhões. Só nos transportes escolares, actualmente, a Câmara Municipal gasta 650 mil euros e recebe 120 mil, o que representa menos de 20% de comparticipação governamental em termos de transportes e ameaça transformar-se num novo "SMTUC". E esta é uma das primeiras questões que gostaria de colocar ao Sr. Presidente, isto é, qual o ponto da situação em termos de Carta Educativa, uma vez que sem a carta homologada a Autarquia não poderá aceder aos fundos comunitários. Uma outra questão que o preocupa tem a ver com o Conservatório de Música e Dança porque, se bem que aqui está prevista uma comparticipação do Governo que, eventualmente, ultrapassa mesmo os 50%, as notícias que têm vindo a público sobre a opção da localização são desconstruídas e, tendo presente que já houve um projecto na zona da Solum que foi abandonado, gostaria de saber como é que esta parceria com a DREC se está a desenvolver. Relativamente a outras áreas, que já não as de relacionamento com o Governo, o Sr. Vereador mostrou-se insatisfeito com o orçamento da Cultura para 2008, insatisfação que entende que deveria ser generalizada. Porque, de facto, ter um orçamento para a Cultura que representa menos de 2,5% do orçamento geral da Câmara Municipal é, sem sombra de dúvida, muito pobre. Julga que se deveria fazer mais e melhor e, nesse sentido, relembrou que tem procurado realizar pequenas iniciativas culturais que envolvem encargos financeiros muito diminutos. Por outro lado, disse que o Sr. Vereador Álvaro Seco fez uma chamada de atenção relativa a dois equipamentos que têm uma componente cultural muito importante. O valor referente ao Centro Cultural da Relvinha (13 milhões de euros) está errado, foi uma cópia da rubrica do Centro Cívico do Ingote que não foi corrigida, não estando ainda o projecto final orçado em termos de custos. Contudo, convém dizer que a Câmara Municipal detém, em algumas zonas da cidade, designadamente no Planalto do Ingote, um património extraordinariamente valioso que importa reabilitar e, portanto, quando foi estabelecida a parceria com a Associação para o Desenvolvimento e a Formação Profissional de Miranda do Corvo, o conceito é de um equipamento cívico, cultural e desportivo (a cargo do Município) em conjunto com um equipamento residencial social (a cargo da ADFP) com uma componente residencial muito importante, na área da residência assistida, para jovens e idosos, e representa uma candidatura ao QREN conjunta, daí que sejam estes os valores envolvidos. Uma outra questão prende-se com as vias estruturantes da margem esquerda: há uma dotação de 100 mil euros para a ligação ao Centro de Saúde mas o conjunto da via estruturante da margem esquerda é uma malha substancialmente mais importante que, na verdade, é ultrapassada pelo acesso ao i.Parque, o que lhe parece preocupante na perspectiva de quem defende o reordenamento da margem esquerda. O Sr. Vereador disse, ainda, que, no que diz respeito ao relacionamento financeiro entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, os objectivos anunciados estão longe de estar cumpridos. Na verdade, os protocolos com as Juntas de Freguesia não atingem os 3 milhões de euros, o que lhe parece, efectivamente, muito pouco. Sendo certo que é sempre melhor analisar estas questões em sede de Relatório de Actividades, uma vez que aí se sabe quanto é que efectivamente foi transferido, e tendo presente o esforço que está a ser feito em relação às sedes das Juntas de Freguesia, também não deixa de ser verdade que as transferências para as Juntas de Freguesia são muito diminutas e representam um pequeno progresso relativamente aos últimos anos, estando, ainda, muito longe dos 5% anunciados. Finalmente, o Sr. Vereador disse que não poderia deixar de colocar uma questão que já é recorrente e que se prende com a monitorização e avaliação do próprio Executivo, isto é, durante o mês de Dezembro são aprovados os planos, dos quais apenas uma parte virá a ser executada no ano seguinte e, no seu entender, esta é uma matéria que merecerá ser aperfeiçoada, é um universo extraordinariamente diversificado, com unidades orgânicas cuja actividade fundamental é propor e avaliar a atribuição de subsídios, enquanto que outras, não menos esforçadamente, são obrigadas a apresentar e a realizar obra, com todas as dificuldades inerentes, como é o caso do Centro Histórico. Assim, considera que seria indispensável criar mecanismos de avaliação das taxas de execução, sob pena dos planos serem extensos e depois, aquando da avaliação, não se levar em linha de conta se foram ou não cumpridos.

Intervenção do Sr. Vereador Vítor Batista

O Sr. Vereador iniciou a sua intervenção considerando que o Orçamento apresentado era um documento demasiado extenso. Colocou a questão de no Orçamento da Despesa da Habitação haver locação de edifícios com a verba de 600 mil e 10 euros, que pressupôs corresponderem a edifícios para arrendamento, a atribuir a famílias. Neste âmbito julga ser fundamental que a Câmara tenha conhecimento de quantas casas foram recuperadas, a quem foram arrendadas e quais são as famílias que estão instaladas. Por outro lado, na parte da Receita, só se verificam como valores relativos a rendas, recebimentos da Câmara 11mil e 66 euros, correspondentes a 23 fogos. Referiu que já tinha solicitado anteriormente ao Sr. Vereador Marcelo Nuno que facultasse o resumo dessa parte do Orçamento para melhor análise e deixou a questão sobre qual a política de habitação que o Município entende seguir. Disse que o orçamento, em termos de contabilidade do plano, tem a particularidade de incluir a dívida do ano anterior. A dívida de curto prazo dos anos anteriores, e concretamente do ano de 2007, ultrapassava os 20 milhões de euros, estava nos 25 milhões de euros. Obviamente que se houve recurso a empréstimos de médio e longo prazo para pagamentos, é natural que a despesa corrente tenha descido e este orçamento peca por não transmitir, ou seja, por não estar anexa a estimativa da dívida no

final deste ano, classificada economicamente para se conseguir perceber se de facto a dívida corrente desce ou não. Sem essa comparação a conclusão que o Vereador retira não é óbvia, porque se a dívida for baixa tem uma interpretação, se for alta tem outra. Ficou surpreendido por a Águas de Coimbra, sendo uma empresa municipal, não estar incluída no Orçamento. No entanto, “foge do perímetro orçamental da Câmara”, não havendo nenhuma referência neste documento. Existe um mapa de endividamento da Câmara onde está incluído o endividamento dos serviços de águas. Uma vez que a Águas de Coimbra não tem capacidade de endividamento, deveria constar como responsabilidade da Câmara e depois nos empréstimos concedidos. No mapa de endividamento da Câmara o endividamento é de 49 milhões de euros, desde 2005 até à data. Em dois anos a Câmara aumentou a dívida a médio e longo prazo em 17,5 milhões de euros, sem incluir a dívida exclusiva do Estádio Municipal. Compreendeu a intervenção do Sr. Vereador Marcelo Nuno, quando este se distanciou da gestão do Executivo anterior, uma vez que no anterior Executivo não era vereador. No entanto, entende que este deu a sensação de que o problema com a actual gestão estaria resolvido mas não, a dívida de médio e longo prazo está a subir, no seu global; mais, renegociou o empréstimo do Estádio e este está em tendência de subida vertical. “Há uma abordagem negocial mas não há só o problema da dívida, e portanto a dívida com esta Câmara tem aumentado, e não basta dizer que há um diferencial entre o facturado e o pago de 10%, depende da execução do orçamento. Quando me diz que vai chegar ao final do ano com cerca de 10 milhões de dívida de curto prazo, vamos ver, porque no mês de Dezembro já deveria haver uma estimativa o mais aproximadamente possível.” Questionou o Sr. Presidente sobre se este não fazia tenção de realizar uma Auditoria Interna porque a inscreve em Plano de há dois anos para cá? O ano passado inscreveu-a com 10 euros, este ano inscreveu-a com 10 euros. Pensa que uma auditoria interna era fundamental com carácter de permanência, de preferência externa, é o 2º ano de orçamento que propõem uma auditoria com 10 euros, o que significa que nada está a ser feito nesta matéria. Referiu também que o orçamento tem um défice implícito: a venda de terrenos do orçamento anterior era de 26 milhões de euros, este ano o valor da venda de terrenos fica pelos 22 milhões de euros. Em 2007, não houve venda de terrenos, significa que a dívida a curto prazo é muito maior do que 10 milhões de euros que referiu o Sr. Vereador Marcelo Nuno. Este défice implícito serve para cobrir a dívida de curto prazo, porque tem que sobrevalorizar, em termos de contabilidade pública, a despesa. Tratando-se de um jogo para cumprir o princípio do equilíbrio orçamental, teve dúvidas do ponto de vista legal, uma vez que, segundo este princípio, não é possível ter dívidas de curto prazo. No entanto, como o Governo para o Orçamento de 2008 assume a possibilidade das Câmaras recorrerem a empréstimos para fazerem o pagamento desse género de dívidas, tem consciência da situação. Assim, a dívida implícita em vez de 10 milhões tem de ser 21 milhões, ou então terá de abater na venda de terrenos. Referiu ainda que existem 5 milhões de euros em rendimentos de propriedade de bombas de gasolina que já no orçamento do ano passado era de 4,5 milhões de euros, o que significa que há aqui outro défice implícito. Sendo assim, terá de falar em 27 milhões de euros de défice implícito, ainda que se vá executar 10 milhões deste montante, que não acredita, ficará assim com uma dívida de 17 milhões, ou então terá de subir a despesa, o que vem contrariar o exposto pelo Sr. Vereador Marcelo Nuno.

O Sr. **Vereador Mário Nunes** começou por referir um episódio que aconteceu há cerca de meio ano, na inauguração da sede do Grupo Folclórico do Cabouco, onde o Sr. Presidente afirmou publicamente que o Sr. Vereador da Cultura fazia milagres, como a Rainha Santa Isabel, mas em vez de transformar rosas em pão, transformava o orçamento da Cultura em apoios importantes às associações. Claro que com orçamento de 2008 terá de repetir o “milagre” e transformá-lo em benefício da Cultura, afirmou. Mencionou que o Sr. Vereador Gouveia Monteiro costuma estar sempre preocupado com a Cultura e diz que a apoia, no entanto, remeteu para o Gabinete do Vereador da Cultura um pedido de apoio ao Congresso Internacional da Cultura de Etnia Cigana pelo que disse não compreender o porquê de fazer essa afirmação de a Cultura estar em certa medida desfalcada, quando ele recorre também a ela. Referiu que seria fácil trazer artistas nacionais, companhias de ópera, de bailado, teatro, etc. Colocavam-se no Teatro Académico de Gil Vicente, no Teatro da Cerca de São Bernardo, talvez até no Pavilhão de Portugal e poderiam fazer-se espectáculos, enchia-se a casa e fazia-se um grande evento cultural. Mas, no seu entendimento, isso não seria fazer cultura, “cultura é dar apoio àqueles que realmente merecem esse apoio, fazer públicos, sensibilizar as populações e dar a todos aquilo que eles merecem e a que têm direito, estarmos junto a eles nos momentos precisos, ou seja, que a cultura da cidade vá também às freguesias do Concelho, e é o que desde 2002 tenho feito através do programa Périplo pelas Freguesias, onde se distribui cultura e tudo o que se faz na cidade o Departamento de Cultura tem levado a todas as 31 freguesias do Concelho, como o que está acontecer agora com o Cantar de Natal, eu penso que isto é dar cultura e fazer cultura.” Referiu uma iniciativa que tinha sido elogiada pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro, decorrida no Pavilhão Multidesportos para 3 mil pessoas, com pouco dinheiro daí o comentário do Sr. Presidente que o Vereador da Cultura faz muito, com pouco dinheiro. Falou ainda do comentário do Sr. Vereador Álvaro Seco sobre a Associação de Casal da Misarela e Torres de Mondego que no início de 2002 estava completamente parada e que agora tem condições para que a sede da Associação tenha espectáculos, convívios e actividades culturais que anteriormente não tinha. Apesar disso, não costuma vir fazer publicidade para a comunicação social da obra feita, pretende apenas que esta seja feita e vista. No próximo ano, anunciou, irão ser inauguradas as sedes do Centro Cultural e Social de Zouparria do Campo, Associação Folclórica de Almalaguês e a sede do Grupo de Teatro Amador de Taveiro. Por outro lado, mesmo com o pouco orçamento que tem, o Sr. Vereador disse querer continuar a fazer obras no próximo ano, por exemplo em Negreiros, São Martinho do Pinheiro, Marmeleira, Grupo Folclórico de Souselas, que tem um novo palco, em Torre de Vilela, que também estava ao abandono completo. Tudo isto porque “o Mário Nunes, como não nasceu em berço de ouro, soube sempre gerir os

seus dinheiros familiares e pessoais, não esbanjando dinheiro, aplica-o, razão pela qual as associações que ele convida e nas acções que faz tem sempre o apoio destas, mesmo que não lhes dê nada na ocasião, mas seguramente ele continuará a apoiá-las”. Referiu que apesar de não ter ficado contente com o orçamento da Cultura, os outros vereadores, pelo teor das suas intervenções, também não ficaram. No entanto, não é só à base de muito dinheiro que se fazem muitas coisas, é preciso imaginação e criatividade. Gostaria de ter mais verba para as geminações, uma vez que são 27 cidades geminadas e não chega o que foi nesta rubrica cabimentado. Para a toponímia, entende chegar o que foi cabimentado, bem como para as aquisições sobre o património. Existe um catálogo para ser publicado no Edifício Chiado sobre a colecção de Graça Morais que não foi contemplado, há três anos consecutivos que não é contemplado; por outro lado, também referiu que a verba para a Casa Municipal da Cultura, que é frequentada por cerca de 1000 pessoas por dia, também não é suficiente e implica poucas aquisições de obras quer para a Biblioteca Municipal quer para as redes anexas da Biblioteca, assim como a Imagoteca fica sem material e a Fonoteca também fica sem verba para a aquisição de novos CDs e DVDs. Quanto ao Pavilhão Centro de Portugal, o que foi proposto foi contemplado. No capítulo animação também queria mais. Quanto ao centenário do nascimento do Monsenhor Nunes Pereira, esta verba foi cortada, não há dinheiro para publicar as actas das comemorações. No próximo ano em Coimbra vai realizar-se uma Exposição Internacional de Surrealismo onde vão estar alguns dos mais importantes artistas mundiais da área e a verba concedida não chegará, terá de ser feita uma alteração orçamental numa iniciativa importante e que vai marcar a cidade. O Jazz ao Centro este ano só se realizou sem o apoio da Câmara porque o Ministério na Cultura se comprometeu com um apoio mas, na hora, o subsídio não se efectivou. Nas iniciativas relevantes também era preciso mais dinheiro. Para o ciclo de Conferências no Edifício Chiado, que no próximo ano será sobre os Judeus em Coimbra, apesar de ter havido um aumento de verba, após a conversa com o Sr. Vereador Marcelo Nuno na discussão sobre o orçamento, a verba não chegará mas o evento será realizado. Quanto ao apoio ao associativismo cultural, dá razão ao Sr. Vereador Álvaro Seco. No seu entendimento, deveria ter nesta rubrica mais 75 mil euros. Concluiu dizendo que as verbas principais para realizações consideradas mais importantes foram contempladas neste Orçamento.

O Sr. Vereador Luís Vilar começou por dizer que teve pouco tempo para analisar um documento bastante extenso, como já referiu anteriormente o Sr. Vereador Vítor Batista, e que, aliás, costuma ser sempre assim. Deixou a sugestão de que este tipo de documentos poderiam ser entregues com uma semana de antecedência, em vez dos dois dias como o que está consagrado na Lei. Comentou a intervenção do Sr. Vereador Mário Nunes, referindo-se a ele como o “Vereador Milagroso”, disse que este apresentou “um autêntico rol de queixas”, o que demonstra que discorda dos seus pares e disse que concorda com a frase utilizada pelo Sr. Vereador: “o que é que nós podemos fazer?” por Coimbra naturalmente, mas o que se pode fazer perante esta desgraça? Disse que estávamos sobre a égide do Dr. Carlos Encarnação, perante um orçamento que não trazia nada de novo e considerou-o o pior orçamento dos últimos 6 anos, porque apesar do aumento de algumas verbas, há rubricas que descem escandalosamente, no que é essencial ao Município. Enumerou os casos onde o orçamento deveria ser rectificado:

- Ambiente – Espaços Verdes e Jardins, em 6 anos, tirando o POLIS, da iniciativa autárquica não há mais projectos, sem ser Montes Claros, exigindo uma contribuição activa do Governo e assim, “como não contam em fazer mais nada”, cortaram na verba desta rubrica;
- Protecção Civil, pelouro do Sr. Vereador Álvaro Seco e apesar das propostas por ele efectuadas, também foi reduzida, sendo “um sinal claro que o Sr. Presidente da Câmara não quer colaboração de ninguém”.
- Rubrica do Desenvolvimento Sócio-Económico tem uma descida brutal de mais de 2%;
- Acessibilidade e Vias Estruturantes descem também;
- Ordenamento de Tráfego e Circulação descem as verbas – referiu que os Conimbricenses têm de se habituar a estar horas nas filas de trânsito e têm também que esquecer a promessa do candidato de 2001;
- Conservação e manutenção de vias também desceu;
- Descentralização e apoio às juntas de freguesia, desce;
- Acção social e família – aprovam-se umas coisas que não se sabe para o que são, que depois não se vão realizar porque não há verba suficiente para realizar a obra;
- Atendimento aos munícipes, “eles nem se queixam”;
- Cultura – concorda com as queixas do Sr. Vereador Mário Nunes;
- Educação, Desporto e Tempos Livres – falou na Educação Pré-Escolar que toda a gente diz que é a igualdade de oportunidades, no entanto descem as verbas. No Desporto, descem também as verbas da rubrica Instalações e Equipamentos;

“O mais grave desta situação é que nos encontramos a gerir a dívida desta maioria, porque em Dezembro de 2001 a conta era positiva e se agora é negativa, alguém gerou esta dívida, mas eu sei o que foi” e deu exemplos que sustentam a sua afirmação: as piscinas em contrapartida do Eurostadium foram negociadas em bruto e depois a Câmara Municipal gastou um milhão de euros a mais nos acabamentos e numa divergência que na época havia entre o Vereador do Pelouro Financeiro, o Sr. Eng. João Rebelo e o Vereador do Desporto, Nuno Freitas. Acrescentou ainda que, acima de tudo falta saber o que queremos para Coimbra. Este Orçamento não dá esperança a ninguém em nenhuma grande área. Há aumento no Centro Histórico e na Reconstrução e Renovação Urbana mas se nesta rubrica o aumento for para as rendas de casa, como referiu o vereador Vítor Batista, já não concorda, porque a rubrica chama-se Promoção da Habitação Reconstrução e Renovação Urbana, não é uma rubrica do aluguer. Quanto às questões das rendas “há um

exemplo gritante de desorientação da gestão política”, no caso do Bairro da Misericórdia há 3 ou 4 anos que as pessoas foram desalojadas e realojadas com o Município a pagar rendas e as obras não avançam. As famílias só deveriam ser desalojadas quando a obra estivesse prestes a começar e não o contrário, uma vez que assim estão a criar despesas ao Município. Quanto à questão da “birra” do Sr. Presidente, o Sr. Vereador Luís Vilar, disse que não valia a pena na parte da Educação, porque enquanto não tiver a Carta Educativa aceite pelo Ministério da Educação e não tiver cumprido o que foi feito pelas outras Câmaras, não vamos ter direito a verbas da parte do Governo. O Ministério da Educação em 2000 apresentou um projecto de arquitectura, um pouco parecido com um caixote, para a Solum, de um conservatório de música. Deixou de ser na Solum e passou a ser junto dos Bombeiros Municipais no Vale das Flores, mas agora fala-se que pode não ir para aí, pode ir para o Liceu José Falcão e que o Sr. Presidente tinha dito que este assunto seria de rápida solução. Finalmente, vê com agrado o aumento dos transportes, por uma questão social. No entanto, mencionou que não há hoje nenhuma verba contemplada no Orçamento para o que será no futuro o metro de superfície. Uma vez que este obrigará a uma estruturação dos SMTUC, convém pensar nas alternativas a determinadas carreiras.

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro**, em resposta ao Sr. Vereador Vítor Batista, encaminhou-o para a pág. 250 do Orçamento, rubrica da receita de Bairros Municipais, com 224.096 euros. Relativamente às habitações arrendadas, de acordo com uma candidatura aprovada por unanimidade pela Câmara, a Câmara Municipal candidatou-se a apoios do Governo para 100 arrendamentos para o período de 5 anos, entre 2005/2009 inclusive. Estão feitos cerca de 52 arrendamentos e estamos gradualmente a renegociar com o IHRU a substituição de algumas destas famílias e destas verbas por aquisição e reabilitação, o que tem tido um boa receptividade por parte do IHRU. Relativamente ao orçamento na rubrica da Habitação há 300 mil euros de rendas pagas ao nível do PROHABITA, que tem uma comparticipação do Estado na ordem dos 30%. Já anteriormente entregou ao vereador Luís Vilar com o nome das famílias, a data do arrendamento, a renda da família, etc., uma boa parte do que agora o Vereador Vítor Batista veio pedir, sendo apenas uma questão de circulação de informação entre os vereadores do partido socialista. Não abrange as últimas 4 ou 5 famílias porque temos recorrido decrescentemente ao arrendamento. O arrendamento é importante para atacar situações de grande emergência de famílias que não podem estar à espera da nova construção. A questão da Misericórdia, pela adjudicação que foi feita, pelo concurso de concepção de construção, pela aprovação pela Câmara na última reunião das obras de urbanização, conta ter em final de 2008 o Bairro da Misericórdia pronto. É verdade que esta construção ocorre além do prazo previsto e anunciado aos moradores; mas em 2003, quando a Câmara aprovou a demolição das habitações, era insustentável manter aquelas habitações, foram desalojados antes de estar todo o trabalho necessário à construção do novo Bairro pronto, mas é preferível dizer que os moradores estão realojados em condições dignas, porque as habitações tal como estavam não eram passíveis de remendos. Se não temos realojado essas famílias nessa altura, naturalmente teríamos famílias a viver em condições sub-humanas, não todas, mas a grande maioria das 30 habitações estavam degradadas, afirmou. Estamos a suportar uma verba importante, tivemos atrasos no início da construção que advêm da negociação, continuo a pensar que fizemos bem porque proporcionámos a esse conjunto de famílias condições de vida humanas durante este período e creio que o objectivo será cumprido, a obra está adjudicada, e a obras propriamente ditas de construção os arruamentos e dos prédios iniciar-se-ão no dia 02 de Janeiro de 2008, é uma empreitada de 17 meses contratual que, no final de 2008, espero que esteja pronta e possamos aliviar o orçamento da Câmara dos 120 mil euros que custa anualmente o realojamento destas famílias e a Câmara estará em condições de dizer se quer manter alguns dos arrendamentos feitos para resolver outros problemas, ou se quer pura e simplesmente rescindir os contratos de arrendamento e aliviar a totalidade desta despesa.

O Sr. **Vereador Luís Providencia** iniciou a sua intervenção referindo que os programas de educação do desporto e tempos livres correspondem claramente ao melhor orçamento dos últimos três anos, se não mais, vão também corresponder a uma reorientação estratégica nesta área, particularmente o Desporto para Todos e, portanto, nesse sentido é um orçamento que garante uma verba que deixa claramente que seja feito um bom trabalho nesta área. Relativamente às Infra-estruturas e ao Ambiente e Espaços Verdes falados pelo Sr. Vereador Luís Vilar, deixa uns dados relativos ao ano 2000: a Câmara Municipal tinha em 2000 152.589m² de área e dispõe, com dados de Junho de 2007 agora de 470.783m² não contabilizando a área POLIS. Sem POLIS, conseguiu-se quadruplicar a área verde, nos últimos 6 anos. Existe a salvaguarda naquilo que são investimentos nos espaços verdes e no Horto Municipal. Há outros dados interessantes: se há dois anos comprávamos flores, hoje podemos vender, uma vez que o Horto Municipal tornou-se auto-suficiente e faz o fornecimento de flores à Câmara. Está previsto o reequipamento básico na Divisão de Espaços Verdes com a aquisição de 3 tractores de relva, 6 máquinas de relva, 3 moto-serras, 4 roçadores de mato, 2 desmatadores, 4 corta-sebes, viatura ligeira de caixa dupla, aquisição de pick-up que estava prevista.

O Sr. Vereador **Mário Nunes** disse que na sua intervenção faltaram duas referências: a Casa da Escrita, que terá início em Janeiro; também em Janeiro começam as obras na Casa Miguel Torga, que terá um auditório; também para o ano está contemplado, embora como disse o Sr. Presidente não foi incluído no meu orçamento mas depende e está ligado à Cultura. “O Sr. Vereador Luís Vilar interpretou a minha intervenção no sentido que lhe convinha, continuo a dizer que queria mais dinheiro, todos nós queremos mas também disse que o principal foi contemplado no Orçamento.”

O **Sr. Presidente** esclareceu que os números apresentados têm um erro no orçamento da cultura que, ao invés de descer, subiu cerca de 30 por cento, por não estar incluído na Cultura o valor de 1.467.000 euros que é da Casa da Escrita, estando o mapa a ser corrigido e posteriormente será distribuído.

O **Sr. Vereador Vítor Batista** insistiu novamente na questão das rendas dizendo que não está explicada qual é a receita: uma coisa são bairros municipais outra são casas que são arrendadas, e não está aqui isolado a receita destes 600 mil euros, se fosse 100 contos de renda por mês daria 6 mil euros por ano, em 600 mil são 100 habitações no mínimo.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Vítor Batista, o **Sr. Vereador Marcelo Nuno** disse que podia fazer chegar o desdobramento dessa rubrica. Quanto aos SMTUC referiu que olhando para o plano de actividades, vê-se um aumento da performance, o aumento das verbas transferidas também tem a ver com circunstâncias que são conhecidas por todos e uma delas, sendo conhecida, é algo que o preocupa sobremaneira, já teve ocasião de dizer aqui o que o preocupa não só neste orçamento mas no que diz respeito à Câmara: estamos a transferir para os SMTUC cerca de meio milhão de euros para solver uma dívida que existe, que é uma circunstância que também acontece com a Câmara de forma inacreditável, ou seja, nós não temos nenhuma forma de controlo sobre este tipo de despesa, a forma como o Governo instituiu este procedimento é algo que nós não conseguimos controlar, nós não conseguimos saber quantas pessoas vão aos hospitais, como é que se registam, quantas vezes lá vão, o que é que lhes é debitado, é algo que escapa completamente ao nosso controlo e é uma despesa que é completamente impossível perder no próximo ano, isto associada à questão das aposentações esconde, esmorece tudo o que temos feito no que diz respeito aos Recursos Humanos porque a performance, os números que temos poderiam ser muito melhores se estas 2 questões fossem expurgadas do nosso orçamento e os SMTUC enfermam da mesma dificuldade, e têm cerca de meio milhão de dívida resultante destes famigerados. Disse ainda que era óbvio que o orçamento não contentava toda a gente, toda a gente acha que devia ter mais orçamento, é impossível contentar toda a gente, os recursos são limitados, são escassos, não chegam para tudo. O exercício de responsabilidade que é exigido a qualquer gestor, seja ele público seja ele privado, é o que nós fazemos na nossa vida quotidiana, é hierarquizar prioridades, é ver o que temos e com o que temos o que é que podemos fazer, não há outra forma de se fazerem as coisas, tudo o resto seria um exercício de tudo menos de responsabilidade, não é possível gerir de outra maneira, os recursos são escassos, gerir em abundância é muito fácil, quando o dinheiro chega para tudo é fácil, é evidente que temos que impor limites. Disse, ainda, que nunca quis entrar em discussão com os vereadores sobre o que devem ou não fazer nas suas áreas de intervenção, porque percebe que eles conhecem as suas áreas de intervenção melhor do que ninguém, contudo, o que se exige é rigor na execução das propostas e nem sempre isso acontece. Se se aceitasse tudo o que é apresentado sem espírito crítico, não havia controle possível. Apesar de considerar que não tem mérito nenhum sobre aquilo que os Srs. Vereadores fazem, recusa-se a ser responsável por qualquer fracasso imputado aos Srs. Vereadores, uma vez que todos têm que gerir aquilo que existe e é com isso que têm que reafectar da forma que considerarem mais eficiente. O Sr. Vereador Luís Providência, por exemplo, é que tem que saber se é mais relevante requalificar a eficiência energética das piscinas, que custa 400 mil euros, ou fazer jazigos municipais, já o vereador com o pelouro financeiro apenas tem que impor limites relativamente aquilo que é a capacidade de gastar da Câmara Municipal, e a capacidade de gastar tem a ver com a capacidade de realizar receita. Disse não querer entrar em discussões de números, porque essa é uma discussão estéril, os números são o que são, não adianta fantasiarmos sobre eles, a contabilidade é aberta é transparente, as pessoas que cá estão na casa são pagas para isso e têm responsabilidades sobre isso. Os números apresentados são os números que correspondem àquilo que existe e nunca ninguém poderá dizer que esses números foram escamoteados, quer pelo vereador do pelouro, quer pela equipa que ele lidera, não existem números escondidos, pelo contrário, está a ser feito um esforço hercúleo para reconhecer dívidas e compromissos que poderiam vir a afectar de forma relevante o património da Câmara e a sua situação financeira. Sob esse ponto de vista, o Sr. Vereador disse que não podia deixar de saudar os funcionários do Gabinete de Estudos e Projecto Municipal do Plano, na pessoa do Dr. Júlio Gonçalves, que tem sido incedível no seu profissionalismo na forma como tem respondido às solicitações, o Dr. Arménio Bernardes e Dr. Olinto Vieira que têm sido incansáveis na ajuda que lhe têm prestado nesta matéria e esclarecer o Dr. Mário Nunes que eles não são responsáveis por cortes nenhuns, a responsabilidade é do executivo, eles apenas respondem com profissionalismo ao que lhes é pedido. Relativamente à compra de viaturas, em vez de se estar a pagar a pronto e fazer um esforço financeiro, há alternativas de diluir este pagamento por vários anos, mas as pessoas para isso têm de trabalhar e encontrar as melhores soluções, que terão de ser encontradas por cada uma das áreas, ninguém pode eximir-se às suas responsabilidades. Em resposta ao Sr. Vereador Gouveia Monteiro, por causa das transferências para as freguesias, o Sr. Vereador disse entender e até concordar com o que foi dito, mas o que é certo é que não se pode fazer mais, além disso o apoio às freguesias manteve-se, e as verbas que não foram gastas este ano transferem-se para o próximo ano mas, as próprias Juntas de Freguesia vão ter que gerir com outra eficiência. A forma como estas verbas estão divididas também é algo que, no seu entender, mereceria uma reflexão, porque há de facto uma desproporção per capita entre aquilo que recebem as freguesias mais pequenas e aquilo que recebem as freguesias maiores. Quanto à questão colocada pelo Sr. Vereador Vítor Batista, julga que ele confundiu a despesa corrente com a despesa de capital, o empréstimo não foi para despesa corrente foi para despesa de capital, a única influência que tem na despesa corrente é aumentar os encargos financeiros. Aliás, o Sr. Vereador Vítor Batista já no ano passado teve o mesmo discurso, não

podemos confundir causas com efeitos, se olhar para o orçamento temos 9 milhões de dívida, a sua previsão de 30 milhões não se verificou, estava errada. Falou ainda acerca da intervenção do Sr. Vereador Luís Vilar, referiu que apesar de não ter estudado política o discurso que o Sr. Vereador fez foi um hino àquilo que não deverá ser uma intervenção política, e enumerou as razões: enganou-se na estratégia que seguiu, fez comparações com o passado o que só era mau para ele, uma vez que já tinham sido julgados por isso. Comparou esta intervenção com uma intervenção que tinha ouvido há dias do Dr. Santana Lopes que foi também desastrosa, por isso mesmo quis entrar em comparações com o passado e ficou a perder com isso. Mais quis negar as evidências da obra e também não conseguiu esconder a obra que aí está. Enganou-se na forma e no conteúdo; fez referências a coisas que são de todo erradas quer no que diz respeito ao passado quer no que diz respeito ao presente. Disse que eram muitas páginas mas os Srs. Vereadores ainda querem mais informação, ao que respondeu estar disponível para dar todas as informações que quisessem, não havia nada a esconder. Quanto ao orçamento, disse que a intervenção da bancada da oposição não havia nada de novo, todos os anos dizem que não há nada de novo as críticas que fazem são as mesmas críticas de todos os anos, criticando o orçamento não dando soluções, acerca do que querem modificar só dizendo que devem ser aumentadas certas rubricas sem dizer como. Além disso, duas informações do discurso do Sr. Vereador Luís Vilar estavam erradas. Uma acerca dos espaços verdes, disse que não tinha sido nada feito nesta área, quando na realidade os espaços verdes em seis anos quadruplicaram. A outra foi quando afirmou que deixou os cofres cheios, quando na realidade eles estavam cheios de responsabilidade e de obra por fazer, finalizou.

O Sr. **Vereador Vítor Batista** refutou que no Orçamento de 2007 se tinha falado num défice de 30 milhões, os números apresentados eram da Câmara e ele próprio (Sr. Vereador Marcelo Nuno) reconhece que não fez a declaração de receita nesse montante, só tem uma receita de 1,7 milhões, acusou, acrescentando que, das duas uma: ou não se executou a despesa nos moldes em que é dito que se executou, ou há aqui questões que carecem de espera pelas contas do final do ano. Quanto à alegada redução da dívida de curto prazo, recordou que, só em 2007, foram pedidos 13 milhões de euros: 12,5 milhões de euros de um empréstimo + 252,814€ de outro. Assim, conclui que ainda que tenha 10 milhões de euros de curto prazo, tem 23 milhões de dívida. Em seu entender, foram transitados de dívida de curto prazo para dívida de médio e longo prazo 13 milhões de euros. É impossível dizer-se que não foi realizada essa receita e ter este grau de execução. O Sr. Vereador disse também que faltava no Orçamento o mapa de endividamento da Águas de Coimbra, que entra nas dívidas do Município. Nesse sentido, entende que deveria constar do Documento um mapa com empréstimos assumidos em nome da Câmara Municipal de Coimbra e depois concedidos aos serviços. O Sr. Vereador Vítor Batista acusou o Sr. Vereador Marcelo Nuno de inflacionar o Orçamento, o ano passado em 29 milhões de euros, este ano em 26 milhões, ou seja, em 25%, e aqui está, no seu entender, uma razão para votar contra: a Lei proíbe claramente orçamentos inflacionados, acrescentando que essa será uma razão técnica e não política para o seu sentido de voto, já que a Lei, explicou, obriga a critérios de contabilização, de cálculo da receita. E concretizou afirmando que dos orçamentos de 2006, 2007 e 2008 constam vendas de terrenos que não foram executadas, num valor total, em todos eles, superior a 20 milhões, e sabe que isso contraria a Lei e o Princípio do Equilíbrio Orçamental. Outro aspecto apontado tem a ver com a classificação das rendas: o Sr. Vereador entende que seria bom que os serviços passassem a classificá-las devidamente porque são rendimentos de propriedade, não são serviços. Por outro lado, disse não ter obtido resposta ao anteriormente questionado: qual a receita das casas que estão arrendadas pelo Município? E também se há pagamento de terrenos ou não há, se as pessoas que foram realojadas pagam algum valor ou não. Estas questões não são, segundo o Sr. Vereador, visíveis através da leitura do Orçamento e, portanto, aguarda que o Sr. Vereador Gouveia Monteiro lhes dê resposta.

O Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** respondeu que o quadro fornecido ao Sr. Vereador Luís Vilar continha toda a informação que o Sr. Vereador Vítor Batista diz, agora, estar em falta, nomeadamente, casa a casa, a comparticipação do INH e do inquilino.

O Sr. **Vereador Luís Vilar** disse que a intervenção do Sr. Vereador Marcelo Nuno, na primeira parte, se resumiu a um puxão de orelhas a todos os vereadores com pelouro. Disse que, ao contrário de outros, não nega o seu passado e que no tempo da maioria socialista ninguém recebia com um ano de atraso. O Sr. Vereador Marcelo Nuno poderá dizer que só é responsável pelos últimos dois anos mas faz parte de uma equipa gerida pelo mesmo Presidente da Câmara e, em muitos casos, responde com a arrogância que o caracteriza, pondo a culpa noutros. Disse que, por princípio, quando assumo um cargo público, diz que encontrou tudo bem, porque toda a gente fez o melhor que pôde, mas, de facto, as pessoas são diferentes e o Sr. Vereador Marcelo Nuno ataca o passado e o seu próprio partido para a seguir dizer que é o maior. Sempre considerou que quem nega o passado não tem futuro. Quanto à obra que, segundo o Sr. Vereador Marcelo Nuno, é inegável, diz não saber a que se está a referir e só constatar a falta de projecto que o próprio Presidente da Câmara disse que tinha e ironizou, questionando se se estariam a referir à obra do Estádio de Coimbra, que tanto criticaram e depois inauguraram três vezes; se à Ponte Europa, que o PSD nunca quis ali; ou ainda ao Pavilhão Centro de Portugal. Disse que basta ler a entrevista do Sr. Presidente no dia seguinte às eleições internas do PSD para confirmar as suas palavras, já que este alegadamente afirmou que agora falta o projecto. Nesse sentido, reafirmou que nenhuma das obras em curso ou entretanto concluídas em Coimbra são da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Coimbra. Contudo, sempre reconhece que o Sr. Vereador Marcelo Nuno impôs aqui regras que

não existiam antes, o que, no seu entender, é uma crítica implícita ao mandato anterior de gestão financeira do Presidente da Câmara. Era aquilo a que já na altura chamava bagunça financeira e que o Sr. não esteve para aturar, rematou, a respeito do primeiro mandato do Dr. Carlos Encarnação. Quanto à incapacidade de realização de receita, afirmou que a causa é o facto da CMC fazer especulação com a venda dos terrenos, ao que o Sr. Vereador Marcelo Nuno ripostou que os terrenos a que se referia já estão, de facto, vendidos, faltando apenas realizar a receita. E reafirmou que a especulação imobiliária começa na própria Câmara, com o exorbitante preço estabelecido por metro quadrado de terreno. Relativamente ao sector dos recursos humanos, afirmou saber quem está ainda a responder no Tribunal de Contas por estas questões, “quer camaradas meus, quer membros do actual Executivo”, pelo que não julga pertinente pronunciar-se sobre algo que “já está a ser julgado em sede própria”. Dirigindo-se ao Sr. Vereador Gouveia Monteiro, disse que já lá vão cinco anos para a construção de um bairro e realojamento das 26 famílias que ali habitavam. Estas foram desalojadas em 2003 e o bairro só estará pronto em 2008. Isto é boa gestão, questionou? Dirigindo-se, depois, ao Sr. Vereador Luís Providência, disse que “afinal, o desporto para todos que os socialistas defendiam é uma coisa boa porque você está a implementá-lo”. Disse que o Vereador responsável por aquele pelouro gostava deste orçamento e que achava que os anteriores eram megalómanos. Solicitou-lhe que identificasse os alegados espaços verdes que, segundo o Sr. Vereador Marcelo Nuno, triplicaram na cidade e que diz desconhecer. Terminou dizendo que “o que este Orçamento não é é aquilo que nós queremos para Coimbra e, quando digo nós, estou a englobar-vos também a vocês porque eu não acredito que o Presidente da Câmara, o Marcelo Nuno, o Luís Providência, o Mário Nunes, o Gouveia Monteiro ou o Álvaro Seco, com competências delegadas, queiram isto para Coimbra. Isto não pode ser o término de um Orçamento daquilo que será a Coimbra competitiva com as outras cidades portuguesas, a Coimbra para a capitalidade e para a competitividade europeia das pequenas e médias cidades”. Porque hoje em dia, em seu entender, já não importa tanto, em termos de Orçamento, se a Cultura tem mais ou se o Desporto tem menos, mas sim o que é que a cidade tem a oferecer a mais e de diferente em relação às outras de dimensão nacional semelhante, explicou. E o chocante, na sua opinião, é que Coimbra já foi ultrapassada por outras e, com este Orçamento, vai ficar cada vez mais na retaguarda.

O Sr. **Vereador Luís Providência**, a pedido do Sr. Vereador Luís Vilar, passou a enumerar alguns dos espaços verdes que, salientou, incluem uma lista extensa e estão distribuídos por quatro equipas: espaço Rainha Santa, espaço Escola de S. Bartolomeu, espaço Almedina, etc. Todos os espaços verdes em que o Município tem intervenção, tais como os das escolas ora referenciados, entram nesta contabilidade, explicou, ao que o Sr. Vereador Luís Vilar respondeu que só lhe interessavam os espaços de utilização pública, tais como jardins públicos. Relativamente à área do Desporto, esclareceu que a aposta no Desporto para Todos se baseia num estudo de 1998, “que traduz uma realidade complicada para Coimbra”: se, por um lado, revela taxas positivas em termos de desporto federado, tem uma prática desportiva bastante inferior à média nacional naquilo que é o desporto amador. Relativamente ao Orçamento, disse que o processo é sempre bastante discutido e negociado e acrescentou não aceitar que o Vereador Marcelo Nuno, “em fase de discussão, nos proponha prescindir de uma verba que tínhamos solicitado, para aquisição de uma máquina, através de leasing, e depois queira sacudir essa responsabilidade para cima dos meus serviços. Não aceito isso, isso não é rigor”, acusou, acrescentando ter tentado, no corrente ano, adquirir duas viaturas em sistema de leasing, o que veio a revelar-se impossível, tendo tido que voltar à hipótese original de aquisição directa de uma viatura à Central de Compras do Estado. Nesse sentido, concluiu: “eu assumo aqui aquilo que proponho agora quero contar que, quando há compromissos, todos os assumam”.

Em resposta, o Sr. **Vereador Marcelo Nuno** disse que não escolhe a modalidade de aquisição, nem os júris de concurso, etc. As verbas estão disponíveis para utilização dos serviços e “este ano só não foi possível adquirir a máquina porque, em vez de terem tratado das coisas como deviam, ninguém percebia nada de leasings e não souberam tratar o assunto devidamente. Eu não tenho culpa que as pessoas não saibam tratar dos assuntos como deve ser. A nossa responsabilidade é disponibilizar meios para tratar das coisas como deve ser. Agora, se as pessoas são céleres, se sabem ou não fazer, se fazem bem ou mal, isso já me transcende”, rematou.

O Sr. **Vereador Vítor Batista** solicitou ao Sr. Presidente que lhe seja entregue, até à data da Assembleia Municipal, uma posição orçamental da qual constem os pagamentos efectuados de despesa de capital previstos no Plano Plurianual de Investimentos de 2007. Isto para saber exactamente qual o montante da dívida e se os 12,5 milhões de euros foram utilizados integralmente no pagamento de investimentos.

O Sr. **Presidente** disse que esta estava a ser uma discussão do Orçamento verdadeiramente democrática e participada, na qual todos já haviam usado abundantemente da palavra para exprimirem as suas opiniões a respeito do documento ora apresentado. Nesse sentido, iria apenas precisar, para que não restassem dúvidas ao Sr. Vereador Vítor Batista, que quando um empréstimo é pedido, a autorização do Tribunal de Contas só é dada mediante a indicação expressa da(s) finalidade (s) desse empréstimo e essa instituição verifica e fiscaliza essa utilização das verbas pedidas. Este Orçamento, explicou, como qualquer outro feito em épocas de carência, foi muito difícil de fazer. “É sempre fácil dizer o que queremos a mais no Orçamento, é muito mais raro dizermos o que queremos a menos”, afirmou, acrescentando

ter ficado contente por nenhum dos Srs. Vereadores ter dito que queria algo a menos. Relativamente ao orçamento para a Cultura, disse que é legítimo que o Sr. Vereador Mário Nunes critique a alegada escassez de verbas e defenda a sua área, porque quer fazer muito mais coisas do que as previstas, mas reafirmou que o orçamento é maior que o do ano passado. Recomendou contenção a todos e deu como exemplo a publicação dos Arquivos Coimbrões, que, desde o seu primeiro mandato, voltaram a publicar-se, coisa que não sucedia há muitos anos e “que é uma despesa muito pesada por ano”. Nesse sentido, disse ter a certeza de que o Sr. Vereador da Cultura, como o do Desporto, vão ter o engenho e arte para, caso não haja dinheiro no Orçamento para publicar um catálogo ou realizar um evento desportivo, arranjar um patrocinador, como, aliás, já têm feito noutras ocasiões em que o Sr. Vereador Marcelo Nuno Ihes disse que não. “E é esta gestão cuidadosa e criteriosa que está a ser feita e que tem estes resultados, em benefício da Câmara Municipal de Coimbra”, concluiu. Relativamente ao Associativismo, disse que entende que há uma grande injustiça no que se diz sobre o assunto. E exemplificou com a construção da sede do Grupo de Teatro de Taveiro, que é a prova de que a atenção, nesta área, não se esgota no perímetro urbano de Coimbra; o Centro Social da Pedrulha, que estava parado há 25 anos e foi recentemente inaugurado; a Área Social da Adémia, com uma participação da Câmara superior a 250 mil euros; o Centro Social de Castelo Viegas, que estava para ser feito há 25 anos e foi inaugurado na semana passada, com uma participação da Autarquia num valor total superior a 100 mil euros; referiu-se ainda à inauguração do Centro Social de Sobral de Ceira, que teria lugar nesse fim-de-semana e que aguardava há 25 anos abertura, cuja comparticipação da Câmara foi superior a 200 mil euros. Assim, concluiu que a Autarquia tem feito um enorme esforço para, com justiça e igualdade, atender a todas estas situações. Salientou ainda a importância, ao nível empresarial, do Coimbra I Parque: “essa é a nossa obra essencial. Se, até ao final do mandato, ele estiver concluído, estamos a realizar a maior obra de Coimbra, que era esperada certamente há mais de 30 anos”, afirmou. Quanto às freguesias, frisou a melhoria do programa de investimentos que nelas está a ser realizado, sem paralelo em anos anteriores a estes últimos, e reafirmou a injustiça de que estão a ser vítimas os SMTUC: “a Carris e a Metro recebem uma quantidade incomensurável de dinheiro por ano só para pagarem a dívida que, anualmente, contraem. E nós (Câmara Municipal de Coimbra) temos de dar, todos os anos, 3 milhões e novecentos mil euros aos SMTUC, mesmo com uma Nova Lei de Finanças Locais (NLFL). Eu pergunto-me se isto é justo?! Até à NLFL eu não falei mas agora falo. Isto é uma vigarice: há câmaras que têm a seu cargo transportes, há outras que não e transferem esse encargo para o Governo”, criticou. O mesmo se passa, em seu entender, na questão do abastecimento de água e saneamento, que teve oportunidade de referir, há dias, ao Sr. Secretário de Estado: a Autarquia de Coimbra tem de recorrer a empréstimos e a capitais próprios para fazer investimento a esse nível mas as empresas públicas de maioria de capital social do Estado têm aval deste sem limites na contracção de empréstimo, podem recorrer a todos os quadros comunitários que apareçam. Em resposta ao Sr. Vereador Gouveia Monteiro, disse que a Carta Educativa está a ser feita por um dos melhores especialistas da Universidade de Coimbra, “que nem sequer é da minha ou da sua cor política, uma pessoa completamente independente, isenta e, do ponto de vista técnico, excelente”. Explicou que o documento começou a ser elaborado com a promessa da DREC auxiliar a Câmara no que fosse preciso. Entretanto, foram modificados a Legislação, o Programa de Ensino e as próprias exigências de elaboração da Carta, que neste momento é o documento que foi aprovado na Câmara Municipal de Coimbra e na Assembleia Municipal, com as alterações introduzidas pelas novas exigências da DREC. “A falta de critério da DREC tem sido visível”, acusou, exemplificando com a ideia do Sr. Director Regional de que as escolas com duas salas deveriam todas fechar, o que implicava uma reformulação total da Carta Educativa. A Autarquia fez a pergunta por escrito e, “de facto, agora já não é assim: já toleram as escolas com duas salas”, explicou, acrescentando que a questão não é só de verbas: como é que se constroem escolas no centro da cidade? Em que terrenos? A custo da desertificação das escolas das aldeias em torno de Coimbra?, questionou, criticando veementemente a política do Governo nesta área, uma vez que entende que tudo o que possa fazer deve ser feito para fixar as pessoas nas suas terras com tão boas condições como as existentes na cidade. E isto vale para as escolas porque só desta forma se estará a promover o equilíbrio e não a desertificação. Relativamente ao Conservatório de Música e Dança, explicou que a Sra. Ministra o convocou para uma reunião em que lhe deu conta de que a sua intenção era instalá-lo no Liceu José Falcão, ao que o Sr. Presidente respondeu discordar da ideia e saber que a Direcção daquela escola também discorda. E recordou à Sra. Ministra que a Câmara Municipal de Coimbra e o próprio Ministério da Educação se empenharam na resolução deste problema dando a Autarquia o terreno e dividindo a meio o custo do projecto, que é de 700 mil euros e está pronto. Após essa reunião, o Sr. Presidente aguarda até hoje a decisão da Sra. Ministra, que ainda não lhe foi comunicada. Reafirmou ainda que o Programa Cultural de Coimbra contempla esta infra-estrutura como fundamental, numa cidade que suporta integralmente uma Orquestra Clássica (sem apoio do Ministério da Cultura) e onde é possível assistir a três concertos de música clássica no mesmo dia, como fez dois dias antes. Há, pois, que multiplicar o apelo à música e à dança, criando as condições máximas, senão as ideias, para a sua aprendizagem e ensino e para a fixação em Coimbra de cada vez mais profissionais destas áreas artísticas.

O Sr. Vereador Vítor Batista disse que o Sr. Presidente tinha feito uma afirmação gravíssima, acusando o Governo de vigarice na questão dos transportes. Se se trata de uma vigarice, explicou, então o Sr. Presidente também se deixou vigarizar no início do primeiro mandato, quando o Governo era da sua cor política e agia da mesma forma, e quando ele próprio (Carlos Encarnação) fez parte do Governo e foi, sendo assim, igualmente vigarista. Não posso deixar passar em claro o seu excesso de linguagem, Sr. Presidente, afirmou. Relativamente ao empréstimo, disse que é óbvio que o Tribunal de Contas existe para fiscalizar este tipo de coisas. O que pede é elementos para ajuizar sobre o que não foi

utilizado nas despesas correntes. A única forma de o fazer é, na sua opinião, analisar uma posição orçamental que indique os 12,5 milhões de euros e o que foi pago, de investimento, no Plano de 2007. Relativamente à Carta Educativa, disse que subscreve e apoia parte das afirmações do Sr. Presidente. E concretizou, dizendo achar inadmissível que numa carta educativa, que é urgente que seja aprovada porque tem consequências em financiamentos importantes no QREN para o concelho de Coimbra, que este problema se esteja a adiar e daí possam resultar prejuízos graves para o concelho. Nesse sentido, apelou a que o Sr. Presidente entre em contacto urgente com o Governo/Direcção Regional para resolver este problema. Até porque tem a certeza de que não há nenhuma direcção regional neste país que não aprove uma Carta no respeito pelos quadros técnicos que a elaboraram e pela legitimidade do Município. Eu espero que as razões que levaram a reequacionar esta Carta sejam, do ponto de vista técnico, válidas, porque não podem ser políticas, concluiu.

O **Sr. Presidente** agradeceu a solidariedade dos Srs. Vereadores do Partido Socialista relativamente a este assunto e afirmou que, certamente, irá precisar dela porque o que está a acontecer com a Carta Educativa de Coimbra é, na sua opinião, verdadeiramente inadmissível, “de excesso por parte da DREC, que pede coisas que inclusivamente sabe que a Câmara não dispõe, nem o próprio Ministério!, para tentar obter dados que não compreendo para que os quer”, lamentou. Informou ainda que quem está a fazer a Carta Educativa é o Professor Pais Antunes e que ele próprio “está admirado com o que está a acontecer”.

E explicou que não disse que o Governo é vigarista: disse que era uma vigarice fazer uma Lei das Finanças Locais que num quadro tem municípios que têm a seu cargo água e saneamento; noutros casos não têm água e saneamento; num caso têm transportes; noutro não têm transportes. “Isso dá uma distorção tal à Lei das Finanças Locais que não é admissível”, afirmou. Terminou entregando ao Sr. Vereador Vítor Batista a posição orçamental solicitada, com os dados relativos ao empréstimo e que foram, como explicou, anexos à própria deliberação.

Para este assunto, o Gabinete de Estudos e do Projecto Municipal do Plano apresentou a informação n.º 40709, de 07/12/2007, da qual se destaca as seguintes propostas:

- “a) Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º - Competências, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (primeira alteração, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias) e republicada, em 11 de Janeiro de 2002, submete-se, no âmbito das competências de planeamento e desenvolvimento da Câmara Municipal, em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e respectivas alterações introduzidas pela Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro e n.º 5 de Abril, a aprovação dos documentos previsionais para 2008, “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008”, da Câmara Municipal de Coimbra para posteriormente serem submetidos a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º - Competências, na matéria regulamentar de organização e funcionamento, sob proposta de Câmara;
- b) Aprovar a Norma de Controlo Interno, nos termos do n.º 2.9.10. do POCAL, para a qual tem competência delegada pela Câmara Municipal em reunião de 31 de Outubro de 2005, o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, nos termos do ponto 18 do Edital n.º 392/2005, de 3 de Novembro de 2005;
- c) Aprovar o Regulamento Interno de Fundos de Maneio, em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, para a qual tem competência o Executivo Municipal;
- d) Aprovar a contratação de empréstimos de curto prazo, que venham a tornar-se necessários durante o período de vigência do Orçamento para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, nos termos do art.º 38.º, n.º 3 e 7, da Lei das Finanças Locais (LFL), até ao limite do endividamento permitido, no artigo 37.º e no n.º 1 do art. 39.º da LFL sujeita a posterior aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
- e) Aprovar a Delegação de competências municipais nas Juntas de Freguesia para posterior envio à Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, designadamente na alínea c) do n.º 6, do artigo 64.º - Competências da Câmara Municipal e artigo 66.º - Competências delegáveis na freguesia.”

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4288/2007 (11/12/2007):

- **Aprovar as propostas relativas às “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008, Normas de Controlo Interno, Regulamento Interno de Fundo de Maneio e Empréstimos de Curto Prazo” da Câmara Municipal de Coimbra acima transcritas;**
- **Enviar o processo à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Marcelo Nuno, Luís Providência, Mário Nunes. Votaram contra os Srs. Vereadores Vítor Batista, Álvaro Seco, Luís Vilar. Abstiveram-se os Srs. Vereadores Pina Prata e Gouveia Monteiro.

O Sr. Vereador Pina Prata declarou que a intervenção que fez relativamente a este assunto deverá ser considerada justificação de voto.

III.2. QCAIII – Medida 1.5. “Apoio às Actividades Económicas; Acções de Desenvolvimento Territorial e Apoio à Eficácia das Políticas Públicas” – Eixo I – Programa Operacional Regional do Centro – Projecto “Inovação, Competitividade e Empreendedorismo – ICE Coimbra” – Relatório Final (conhecimento)

Tendo por base a informação n.º 38159, de 20/11/2007, do Gabinete de Estudos e Projecto Municipal do Plano, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4289/2007 (11/12/2007):

- **Tomado conhecimento do despacho do Sr. Vereador Marcelo Nuno de 06/12/2007 que aprovou o relatório final do projecto “Inovação, Competitividade e Empreendedorismo – ICE Coimbra” – Medida 1.5 do Programa Operacional Regional do Centro (III QCA) e determinação do Gestor do P.O. Centro para encerramento urgente de projectos sem execução física há mais de 4 meses, deverá ser enviado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.**

PONTO IV - PROTOCOLO E RELAÇÕES EXTERIORES

IV.1. Programa de Música “Km0” – Produtora “Bus” – Apoio

A Bus, produtora do programa de música “Km0” que, ao que tudo indica, irá ser transmitido em Março de 2008 na RTP2, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Coimbra durante as gravações na cidade, entre 8 e 11 de Dezembro, sendo uma excelente oportunidade para a divulgação do trabalho de alguns músicos locais.

Nesse sentido, e com base na informação n.º 90, de 04/12/2007, do Gabinete de Comunicação, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4290/2007 (11/12/2007):

- **Apoiar a produtora Bus na produção do programa de música “Km0”, através do fornecimento dos almoços aos nove elementos da equipa, nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro, adjudicando-se o serviço ao Restaurante Carmina de Matos, por ajuste directo, sendo a despesa orçada em 270 euros (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO V - APOIO ÀS FREGUESIAS

V.1. Junta de Freguesia de Torre de Vilela – Protocolo de Delegação de Competências Municipais 2007 e 2006 – Alteração

A Junta de Freguesia de Torre de Vilela solicitou a alteração ao Protocolo de Delegação de Competências do ano em curso, bem como do anterior.

Relativamente a 2007, justificou a sua pretensão com a necessidade de executar os arranjos exteriores ao fontanário de Vilela, recuperado pela Águas de Coimbra, EM no âmbito da empreitada de Saneamento do Sector Norte.

Respeitante ao Protocolo de Delegação de Competências de 2006, o pedido de alteração prender-se-ia com a carência de execução de um colector de águas pluviais com o reperfilamento do passeio existente na Rua da Escola e na Rua Professor Júlio Duarte Morais, e ao facto de as obras inicialmente aprovadas – “Pavimentação da Rua dos Cortiços” e “Construção de Valetas na Rua da Fonte” – não possuírem carácter premente.

Nesse sentido, e não resultando acréscimo de encargos para o Município, de acordo com a informação n.º 39892, de 03/12/2007, do Gabinete de Apoio às Freguesias, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4291/2007 (11/12/2007):

- **Autorizar a seguinte alteração ao Protocolo de Delegação de Competências 2007 à Junta de Freguesia de Torre de Vilela:**
 - Acção a anular:
 - Arranjo dos passeios – Ponte de Vilela 5.000,00 €
 - Nova Acção:
 - Requalificação do espaço envolvente ao Fontanário de Vilela – Rua da Fonte 5.000,00 €
- **Autorizar a seguinte alteração ao Protocolo de Delegação de Competências 2006 à Junta de Freguesia de Torre de Vilela:**
 - Acções a anular:
 - Pavimentação da Rua dos Cortiços 3.500,00 €
 - Construção de Valetas na Rua da Fonte 3.750,00 €
 - Nova Acção:
 - Construção de passeios e valetas na Rua da Escola e Prof. Júlio Duarte Morais 7.250,00 €

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VI - CENTRO HISTÓRICO

VI.1. Reconstrução do Imóvel sito na Rua Fernandes Tomás, 83 a 85/Rua Joaquim António de Aguiar, 9 a 13 – 2ª Fase – Revisão de Preços

Para o assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 1840, de 03/12/2007, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4292/2007 (11/12/2007):

- **Aprovar a Revisão de Preços da empreitada “Reconstrução do Imóvel sito na Rua Fernandes Tomás, 83 a 85/Rua Joaquim António de Aguiar, 9 a 13 – 2.ª Fase”, no valor de 4.256,09 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VII - EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA

VII.1. Agrupamento de Escolas Inês de Castro – Estação Meteorológica na EB1 de Cruz de Morouços

Para o pedido efectuado pelo Agrupamento de Escolas Inês de Castro para a instalação de uma estação meteorológica na EB1 de Cruz dos Morouços, e após o compromisso assumido pela Escola Superior Agrária de Coimbra na responsabilidade da instalação e manutenção do equipamento, bem como na instalação de um dispositivo que proteja o equipamento e as crianças de eventuais acidentes, a Divisão de Educação e Ciência elaborou a informação n.º 378, em 27/11/2007, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 4293/2007 (11/12/2007):

- **Autorizar a instalação da estação meteorológica na EB1 de Cruz de Morouços, sugerindo ao Agrupamento de Escolas Inês de Castro, responsável pelo encaminhamento do pedido, o acompanhamento de todos os trabalhos e que, eventualmente, aproveite a presença do equipamento para desenvolver uma acção pedagógica junto das crianças, explicando-lhes os fins a que se destina, já que a presença do mesmo numa EB1 é uma situação pouco frequente.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VIII - DESPORTO JUVENTUDE E LAZER

VIII.1. Associação de Basquetebol de Coimbra – Pavilhão Multidesportos – Isenção de Taxas

A secção de Basquetebol de Coimbra solicitou a utilização do Ginásio 1 e da Arena Desportiva do Pavilhão Multidesportos, para a realização de uma acção de formação para dirigentes, pais, mães e treinadores, no dia 24 de Novembro, tendo a Divisão de Gestão Desportiva/ PMD elaborado a informação n.º 166, em 19/11/2007, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4294/2007 (11/12/2007):

- **Isentar a Associação de Basquetebol de Coimbra do pagamento de taxas pela utilização do Ginásio 1 e Arena Desportiva do Pavilhão Multidesportos, no âmbito da acção de formação realizada no dia 24 de Novembro de 2007, das 9h às 13h e das 15 às 18h (Ginásio 1) e das 11h às 13h (Arena), com um custo estimado de 160,62 € acrescidos de IVA.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VIII.2. Secção de Rugby da Associação Académica de Coimbra – Complexo de Piscinas Rui Abreu – Isenção de Taxas

A secção de Rugby da Associação Académica de Coimbra solicitou a utilização de uma pista na piscina de 25m do Complexo de Piscinas Rui Abreu, no âmbito de uma actividade que aí pretendem realizar às 2.ªs feiras pelas 20h15min, tendo o Complexo de Piscinas Rui Abreu elaborado a informação n.º 102, em 18/10/2007, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4295/2007 (11/12/2007):

- **Isentar a Associação de Rugby da Associação Académica de Coimbra do pagamento de taxas pela utilização de uma pista na piscina de 25m do Complexo de Piscinas Rui Abreu, no âmbito de uma actividade a realizar às 2.ªs feiras, pelas 20h15min, com um encargo semanal calculado em 7,84 €, por se tratar de uma equipa de atletas de alto rendimento que realiza actividades de relevância na cidade.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IX - HABITAÇÃO

IX.1. Projecto de Intervenção Comunitária – Integração e Realojamento no Parque de Nómadas – 1º Trimestre 2008

Na sequência da construção do Parque Nómadas, e sendo verificada a necessidade de um acompanhamento permanente e efectivo das famílias realojadas provisoriamente no local, a Associação Fernão Mendes Pinto, através de uma aquisição de serviços, tem vindo desde 2004 a desenvolver um projecto de intervenção comunitária, promovendo a autonomização socioeconómica e habitacional das referidas famílias.

Deste modo, atendendo a que a prestação de serviços está prevista até ao final do corrente ano, e com o objectivo de agilizar o processo, evitando a sua instrução anual, foi iniciada a abertura de um concurso público para a intervenção no Centro de Apoio Social – Parque Nómadas pelo período de dois anos que, face ao atraso na publicação do anúncio no Diário da República e tendo em conta os prazos processuais, dificilmente o novo projecto poderá iniciar a 01 de Janeiro de 2008.

Relativamente a este assunto, o Sr. **Vereador Álvaro Seco** disse que não lhe parece lógico, uma vez que vai haver uma adjudicação em Março, que os serviços prolonguem um apoio por três meses, ao que o Sr. **Vereador Gouveia Monteiro** esclareceu que o concurso está aberto: o despacho para abertura do procedimento é de 4 de Setembro e a autorização do Sr. Vereador Marcelo Nuno é de 19 de Outubro, ou seja, o objectivo de fazer coincidir o início da prestação do novo adjudicatário – porque, há, como o Sr. Vereador previa, vários concorrentes – com o fim desta adjudicação (Janeiro de 2008) não poderá ser cumprido. Não sendo possível que o novo adjudicatário inicie funções em Janeiro, o que se propõe com este ajuste directo é apenas os duodécimos de quem já está a prestar serviço. Nós não temos, infelizmente, na Câmara Municipal de Coimbra técnicos disponíveis e com a especialização suficiente para exercerem aquelas funções no Parque de Nómadas nestes três meses, explicou. E concretizou dizendo que o que se sugere é um prolongamento da adjudicação que ora cessa e que só pode ser feito através de um ajuste directo de três meses porque a Lei só permite que seja feito desta forma, não há lugar a prorrogações legais de prazos das adjudicações.

Face ao exposto, e com base na informação n.º 38915, da Divisão de Gestão Social, de 26/11/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4296/2007 (11/12/2007):

- **Adjudicar à Associação Fernão Mendes Pinto a proposta de intervenção apresentada para o Parque de Nómadas para o primeiro trimestre de 2008, que mantém as mesmas condições de funcionamento e**

financeiras que as actuais, mediante ajuste directo, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do artigo 86.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, pelo montante de 14.250 € isento de IVA, não sendo exigida a celebração de contrato escrito, ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 59.º do mesmo diploma legal.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.2. Edifício sito na Rua do Brasil 115 – Posse Administrativa

Relativamente a este assunto, e passados dez dias úteis sem que qualquer das partes se tenha pronunciado, em sede de Audiência de Interessados, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, sobre a proposta de decisão desta Câmara Municipal, foi elaborada a informação n.º 38809, de 23/11/2007, pela Divisão de Reabilitação de Edifícios, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4297/2007 (11/12/2007):

- **Tomar posse administrativa do prédio sito na Rua do Brasil, 115, em Coimbra, ao abrigo do disposto nos art. 91.º e 107.º do DL 555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo DL 177/01 de 4 de Junho.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO X - CULTURA

X.1. Associativismo Cultural 2007 – Apoio

Constituído formalmente em 1978, a Associação Desportiva e Recreativa de Casal da Misarela, Misarela, Vale de Canas, Barca e Ribeira tem como objectivos prioritários a promoção cultural, desportiva e recreativa de toda a população dos lugares da freguesia de Torres do Mondego.

Assim, e tendo em consideração que a Autarquia de Coimbra, no acompanhamento da vida associativa do Concelho, tem visto com preocupação algumas das faltas sentidas pelos interlocutores associativos, nomeadamente no que diz respeito aos espaços para a realização de eventos culturais, foi elaborada a informação n.º 1212, de 23/11/2007, pela Divisão de Acção Cultural, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4298/2007 (11/12/2007):

- **Atribuir um subsídio no valor de € 5.000,00 à Associação Desportiva e Recreativa de Casal da Misarela, Misarela, Vale de Canas, Barca e Ribeira, como forma de apoiar as despesas nas obras do edifício-sede, bem como aquisição de equipamento.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Não participou na votação deste ponto o Sr. Vereador Vítor Batista.

PONTO XI - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

XI.1. Grandes Opções do Plano e Orçamento – 2008

Relativamente a este assunto, e com base no ofício reg. n.º 72832, de 07/12/2007, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4299/2007 (11/12/2007):

- **Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para o ano de 2008 que, dada a extensão do documento, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma;**
- **Enviar à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Marcelo Nuno, Luís Providência, Mário Nunes e Gouveia Monteiro. Abstiveram-se os Srs. Vereadores Vítor Batista, Álvaro Seco e Luís Vilar. Votou contra o Sr. Vereador Pina Prata.

XI.2. 5ª Modificação ao Orçamento

Para o assunto em epígrafe, e com base no ofício reg. n.º 72569, de 06/12/2007, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4300/2007 (11/12/2007):

- **Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 05/12/2007, que aprovou a 5ª Modificação ao Orçamento dos SMTUC para 2007.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.3. Abate de Autocarro

Para o assunto em epígrafe, e com base no ofício reg. n.º 72568, de 06/12/2007, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4301/2007 (11/12/2007):

- **Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 05/12/2007, que autorizou o abate ao efectivo do autocarro Mercedes-Benz O305, com o n.º de frota 126, matrícula 07-85-CN, 07-87-CN.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.4. Concurso Público para Limpeza Interior e Lavagem Exterior das Viaturas de Transporte Urbano de Passageiros

Para o assunto em epígrafe, na sequência da deliberação do Conselho de Administração dos SMTUC de 07/11/2007, decorrido o prazo de reclamação previsto no n.º 2 do art.º 108.º do DL n.º 197/99, de 08 de Junho, e com base no ofício reg. n.º 72835, de 07/12/2007, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4302/2007 (11/12/2007):

- **Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos SMTUC que adjudicou definitivamente o Serviço de Limpeza Interior e Lavagem Exterior das Viaturas de Transporte de Passageiros à empresa Vadeca Serviços – Limpeza Industrial, S.A. pelo período de 12 meses, com início em 01 de Janeiro de 2008, estimando-se o encargo total do contrato no valor de 102.626,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XII - ASSUNTOS DIVERSOS

XII.1. Prédio do Estado sito na Avenida Sá da Bandeira – Hasta Pública

Relativamente ao ofício remetido pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, em 26 de Novembro, notificando a lista de imóveis a licitar em hasta pública, e da qual constava apenas um único prédio sito no Concelho de Coimbra, foi elaborada uma proposta pelo Sr. Vice-Presidente, em 07/12/2007, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 4303/2007 (11/12/2007):

- **Não exercer o direito de preferência na aquisição do prédio sito na Avenida Sá da Bandeira, n.º 2, 2A e 2B, freguesia da Sé Nova, composto por “edifício de r/c sobre loja e 4 andares com lado direito e esquerdo, tem s/c de 360 m2, um terraço logradouro, com 120 m2, no primeiro andar, outro no terceiro andar com 100 m2 e casa de arrecadações com 25 m2 e dois vãos e um logradouro 297,80 m2, cuja base de licitação é de 665.000,00 €’.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Sob proposta do Sr. Presidente e nos termos do art.º 83.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, admitir a ordem do dia e apreciar e votar o seguinte assunto, não incluído na mesma:

1. Centro de Artes Visuais – Encontros de Fotografia – apoio

Face ao nível artístico que tem caracterizado o Centro de Artes Visuais, inclusivamente na realização dos Encontros de Fotografias, e à necessidade de uma estrutura permanente para o desenvolvimento das tarefas inerentes ao mesmo, foi elaborada a informação n.º 1283, de 10/12/2007, pela Divisão de Acção Cultural, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 4304/2007 (11/12/2007):

- **Atribuir um subsídio no valor de €60.000,00 ao Centro de Artes Visuais, de forma a apoiar a realização da actividade regular do CAE;**
- **Aprovar a renovação do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Coimbra e os Encontros de Fotografia – Associação Cultural e Recreativa que, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

2. Junta de Freguesia de St.º António dos Olivais – acesso a S. Romão

Relativamente ao solicitado pela Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, e no sentido de criar condições de segurança e melhorar a circulação automóvel no local, a Divisão de Gestão da Circulação e Trânsito elaborou a informação n.º 40372, de 05/12/2007, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação n.º 4305/2007 (11/12/2007):

- **Proibir a circulação de veículos pesados no arruamento de ligação entre a Circular Externa e S. Romão, através da colocação da sinalização vertical C2 – Trânsito Proibido, com a legenda “Pesados”;**
- **Colocar passadeiras na Rua Gil Vicente, nos termos indicados na informação n.º 40372/2007 da DGCT acima referenciada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

3. Espaço Mondego – Sociedade Imobiliária, SA. – planta cadastral - Sargento-Mor – Souselas – Reg. n.º 6415/2007

Relativamente a este assunto, foi exarado, sobre a informação n.º 567, de 26/11/2007, da Divisão de Informação Geográfica e Solos, o parecer do Chefe da mesma Divisão, de 27/11/2007, que se transcreve:

“À DGU Norte.

A área de cedência com 4724,00 m² a integrar no domínio público municipal é atribuído o valor de 4724,00 m² x 15,00 €/m² = 70.860,00 € (setenta mil oitocentos e sessenta euros).

N.B.: Da totalidade da área de 4724 m² já se encontram integrados no domínio público municipal 4595 m² (Alvará de Loteamento n.º 539).”

Para o mesmo assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte emitiu o seguinte parecer, em 07/12/2007, que se transcreve:

“Propõe-se aprovar a Planta Cadastral anexa, no contexto do projecto de alteração do alvará de loteamento n.º 539, aprovado por deliberação n.º 2626/2007.”

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4306/2007 (11/12/2007):

- **Aprovar a seguinte planta cadastral, nos termos dos pareceres dos Chefes da DIGS e DGUN acima transcritos:**

Prédio Mãe Inicial:

Prédio Urbano, situado em Charco-Sargento-Mor / Souselas, com a área descoberta de 9920 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o N.º 1360/19920204 e inscrito na Matriz Predial Urbana com o artigo N.º 1633, da Freguesia de Souselas, confrontando a Norte com Barroca, a Sul com Jesus Valentim e caminho, a Nascente com Porfírio Carneiro e herdeiros de Manuel Joaquim Carneiro e a Poente com estrada e caminho público.

Área de cedência: Domínio Público

Parcela de terreno, com área de 4724 m2, a destacar do descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o N.º 1360/19920204 e inscrito na Matriz Predial Urbana com o artigo N.º 1633, da Freguesia de Souselas; a integrar no domínio público do Município de Coimbra, destinada a alargamento do arruamento, estacionamento, zonas de carga e descarga e serventia, confrontando a Norte com Barroca, a Sul com Jesus Valentim e caminho, a Nascente com Espaçomondego – Sociedade Imobiliária, S.A. e a Poente com estrada e caminho público.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

4. Bilpom – Construções, Lda. – aditamento – Travessa do Teodoro, 7, 9, 11 – Reg. n.º 2789/2007

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 1651, de 16/10/2007, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, no parecer da Chefe da mesma Divisão, de 24/10/2007 e despacho do Sr. Vice-presidente de 25/10/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4307/2007 (11/12/2007):

- **Aprovar o projecto de arquitectura relativo à reabilitação do edifício, com manutenção das paredes exteriores, sito na Travessa do Teodoro, 7, 9, 11, ao abrigo dos regimes de excepção previstos no n.º 2 do art.º 37.º do Regulamento do PDM, quanto à dotação de lugares de estacionamento, e alínea b) do n.º 4 do art.º 61.º do mesmo Regulamento, relativamente à preservação do volume construído, nos termos da informação n.º 1651/DERU/2007, parecer da Chefe da DERU e despacho do Sr. Vice-presidente acima referenciados.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

5. Soares & Lopes Construção Civil, Lda. – caução – Guarda Inglesa – Reg. n.º 45547/2005

Relativamente a este assunto, foi exarado o seguinte parecer da Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, na informação n.º 1968, de 05/12/2007, da mesma Divisão, que se transcreve:

“Concordo com o teor da informação 1968/07/DERU.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Coimbra delibere de acordo com o proposto e tendo em consideração a deliberação de 3-4-2006, n.º 933/06.”

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4308/2007 (11/12/2007):

- **Deferir as alterações de pormenor do projecto de intervenção paisagística constantes do registo 9042/2007, em complemento da Deliberação da Câmara Municipal de Coimbra n.º 933/2006 (03/04/2006) e dos projectos de infra-estruturação urbana anteriormente aprovados.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

6. Altadis – Construção e Gestão Imobiliária, S.A. – operação de loteamento/emparcelamento – Pinhal de Marrocos – Reg. n.º 504904 e 505531/2005

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 1782, de 22/11/2007, da SAA/DERU, e no parecer do Director da DGURU, de 05/12/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4309/2007 (11/12/2007):

- **Indeferir o pedido de licença da operação de loteamento reg. n.º 504904 nos termos e condições enunciados na informação n.º 761, de 26/05/2006, da DERU, notificando-se o requerente.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

7. Pombalis – Construções e Imobiliária, Lda. – exposição – alvará de loteamento n.º 504 – Quinta do Grijó – Alto de S. João – Reg. n.º 15680/2007

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 3093, de 06/12/2007, da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização, e no parecer da Chefe da mesma Divisão, de 07/12/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4310/2007 (11/12/2007):

- Efectuar a Recepção Provisória das obras de urbanização do alvará de loteamento n.º 504 – arranjos exteriores (espaços verdes);
- Proceder à redução da garantia bancária n.º 72003599884/2004, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, para o valor de 82.513,09 €, a qual deverá ser válida até à recepção definitiva das infra-estruturas (o prazo de garantia é de 5 anos nos termos do n.º 5 do artigo 87.º do DL 555/99 de 16/12 alterado pelo DL 177/01 de 4/6), notificando-se a entidade bancária;
- Dar conhecimento da presente Deliberação à Divisão de Contabilidade, DOGIM, técnico responsável pela execução da obra e Junta de Freguesia;
- Remeter cópia do auto de vistoria à titular do processo.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

8. Armindo da Cunha Costa, Construções Lda. – aditamento/alterações – Nogueira, Ameal – Reg. n.º 10796/2007

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 2535, de 30/11/2007, da Divisão de Gestão Urbanística Sul, e no parecer da Chefe da mesma Divisão, de 04/12/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 4311/2007 (11/12/2007):

- **Aprovar a seguinte planta cadastral, apensa ao presente registo (informação n.º 561/2007 da Divisão de Informação Geográfica e Solos):**

Prédios Mãe Iniciais:

Prédio Urbano, situado em Nogueira/Ameal, com a área descoberta de 5646 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o N.º 1001/19960514, da Freguesia de Ameal, confrontando a Norte com rua, a Sul e Nascente com Joaquim Simões Reis e a Poente com rua.

Prédio Urbano, situado em Nogueira/Ameal, com a área descoberta de 5380 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o N.º 1521/20001020 e inscrito na Matriz Predial Urbana com o artigo N.º 962, da Freguesia de Ameal, confrontando a Norte com Maria Pereira Ribeiro, a Sul com José Taborda, a Nascente com António Costa e outros e a Poente com caminho.

Área de cedência: Domínio Público

1- Parcela de terreno, com área de 1474.40 m², a destacar do descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o N.º 1001/19960514, da Freguesia de Ameal; a integrar no domínio público do Município de Coimbra, destinada a arruamentos, estacionamento e passeios, confrontando, no seu todo, a Norte com rua, a Sul com os Lotes N.º 7 e N.º 8, a Nascente com Joaquim Simões Reis e a Poente com rua.

2- Parcela de terreno, com área de 1046.00 m², a destacar do descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o N.º 1521/20001020, do inscrito na Matriz Predial Rústica com o artigo N.º 962, da Freguesia de Ameal; a integrar no domínio público do Município de Coimbra, destinada a arruamentos, estacionamento e passeios, confrontando, no seu todo, a Norte com os Lotes N.º 01 e N.º 15 e com o domínio público do Município de Coimbra, a Sul com o domínio público do Município de Coimbra, a Nascente com os Lotes N.º 16 a N.º 20 e a Poente com os Lotes N.º 12 a N.º 15.

À área de cedência com 1474,40 m² a integrar no domínio público municipal é atribuído o valor de 1474,40 m² x 20,00 €/m² = 29488,00 € (vinte e nove mil quatrocentos e oitenta e oito euros).

À área de cedência com 1046,00 m² a integrar no domínio público municipal é atribuído o valor de 1046,00 m² x 20,00 €/m² = 20920,00 € (vinte mil novecentos e vinte euros).

- **Deferir o pedido de licenciamento das obras de urbanização respeitantes ao loteamento em causa, pelo prazo de doze meses, e nas condições dos pareceres da Águas de Coimbra – E.M., da EDP, PT Comunicações e Direcção Regional de Economia do Centro;**
- **Aprovar o regulamento do loteamento apensa ao registo n.º 47659/2005;**
- **Notificar o requerente que a emissão do alvará de loteamento deverá ser requerida no prazo de um ano, de acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 76.º do RJUE.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

9. Maria Cristina Caetano Menezes – averbamento do processo de loteamento n.º 2982/2006 – Reg. n.º 16966/2007

Relativamente a este assunto, o Director da DGURU exarou o seguinte parecer, em 05/12/2007, sobre a informação n.º 1881, de 03/12/2007, SAA/DGUS, que se transcreve:

“Concordo.

Apoiado na informação que antecede e não tendo sido ainda emitido o alvará de loteamento, proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de deferir o pedido de averbamento do processo.

Mais proponho que se decida no sentido de deferir o pedido de prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de loteamento, por 1 ano, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 76.º do RJUE.
Prazo concedido: Até 3/11/2008 (inclusive).”

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4312/2007 (11/12/2007):

- **Aprovar as propostas constantes no parecer do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana acima transcrito.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

10. Rogério Pereira Ferreira – informação prévia de loteamento – Algar – Assafarge – Reg. n.º 134/2007

Relativamente a este assunto, e decorrido o período de audiência prévia sem que o requerente se tenha pronunciado dentro do prazo legal estipulado, e com base na informação n.º 1863/2007, de 30/11/2007, elaborada pela SAA/DGUS, e no parecer do Director do DGURU, de 04/12/2007, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 4313/2007 (11/12/2007):

- **Emitir parecer desfavorável ao pedido de informação prévia de operação de loteamento nos termos e condições enunciadas nas informações 1157 e 1174/2007 da DGU-Sul.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Antes de encerrar os trabalhos e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 69 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o **Sr. Presidente** deu conhecimento aos Sr. Vereadores da listagem dos processos tramitados sob a égide da Departamento Municipal de Administração do Território, ao abrigo das competências por si delegadas no Sr. Vereador João Rebelo e por este subdelegadas no âmbito da referida estrutura orgânica, que ficam arquivados em anexo à presente acta fazendo parte integrante da mesma e assim distribuídos:

No período de 05 a 09 de Novembro de 2007:

Vice-Presidente, Eng.º João Rebelo

61	Despachos de deferimento
4	Despachos de indeferimento
1	Despacho de embargo
1	Despacho para informar
2	Despachos de informar o requerente
1	Despacho de parecer favorável
1	Despacho de pedido de parecer (DLDF)
2	Despachos de notificação

Director Municipal de Administração do Território

26	Despachos de deferimento
9	Despachos de indeferimento
2	Despachos para vistoria

Director do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana

6	Despachos de deferimento
12	Despacho de notificação
1	Despacho de certificar
2	Despachos de arquivamento
4	Despachos de rejeição liminar

Chefe da Divisão de Atendimento e Apoio Administrativo

23	Despachos de deferimento
7	Despachos de certificar
3	Despachos de notificação

Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização

- 2 Despachos de notificação
- 1 Despacho de arquivamento

Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana

- 58 Despachos de notificação
- 2 Despachos de informar o requerente
- 20 Despachos de propostas de deferimento
- 1 Despacho de proposta de indeferimento
- 1 Despacho de parecer desfavorável
- 3 Despachos para deliberação de câmara
- 1 Despacho de consulta a entidades

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte

- 9 Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços
- 12 Despachos de notificação
- 3 Despachos de arquivamento

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Sul

- 23 Despacho de notificação

No período de 11 a 16 de Novembro de 2007:**Vice-Presidente, Eng.º. João Rebelo**

- 46 Despachos de deferimento
- 3 Despachos de vistoria
- 8 Despachos de embargo
- 2 Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços
- 1 Despacho de pedido de parecer com conhecimento ao requerente
- 4 Despachos de notificação

Director Municipal de Administração do Território

- 16 Despachos de deferimento
- 2 Despachos de indeferimento
- 2 Despachos para vistoria
- 2 Despachos de notificação

Director do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana

- 10 Despachos de notificação
- 1 Despacho de certificar
- 1 Despacho de arquivamento
- 1 Despacho de rejeição liminar

Chefe da Divisão de Atendimento e Apoio Administrativo

- 17 Despachos de deferimento
- 1 Despacho de certificar

Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização

- 13 Despachos de notificação

Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana

- 48 Despachos de notificação
- 2 Despachos de informar o requerente
- 9 Despachos de proposta de deferimento
- 3 Despachos de proposta de indeferimento
- 1 Despacho de parecer desfavorável
- 4 Despachos para deliberação de Câmara
- 3 Despachos de consulta a entidades
- 4 Despachos de “carimbar processos”

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte

- 3 Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços
- 11 Despachos de notificação
- 1 Despacho de arquivamento
- 2 Despachos solicitando parecer às entidades

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Sul

- 11 Despachos de Notificação

No período de 19 a 23 de Novembro de 2007:

Vice-Presidente, Eng.º. João Rebelo

- 14 Despachos de deferimento
- 1 Despacho de certificar
- 2 Despachos de indeferimento
- 3 Despachos de notificação
- 1 Despacho de parecer favorável
- 1 Despacho de pedido de parecer ao Gabinete Jurídico

Director Municipal de Administração do Território

- 4 Despachos de deferimento

Director do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana

- 1 Despacho de deferimento
- 16 Despachos de notificação
- 7 Despachos de rejeição liminar
- 1 Despacho de arquivamento

Chefe da Divisão de Atendimento e Apoio Administrativo

- 34 Despachos de deferimento
- 1 Despachos de certificar
- 4 Despachos de notificação

Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização

- 22 Despachos de notificação
- 6 Despachos de arquivamento

Chefe da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana

- 67 Despachos de notificação
- 1 Despacho de informar o requerente
- 13 Despachos de proposta de indeferimento
- 1 Despacho de proposta de deferimento
- 1 Despacho de parecer desfavorável
- 1 Despacho de parecer favorável
- 1 Despacho de consulta a entidades
- 16 Despachos de “carimbar processos”

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Norte

- 3 Despachos ordenando ser dado conhecimento das informações técnicas e pareceres dos serviços
- 9 Despachos de notificação
- 2 Despachos de arquivamento

Chefe da Divisão de Gestão Urbanística Sul

- 14 Despachos de notificação

Antes de encerrar os trabalhos os Srs. Vereadores acordaram que a próxima reunião seria a 27 de Dezembro, pelas 15h, na Sala de Sessões.

E sendo catorze horas o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta, que foi aprovada na reunião do dia 27/12/2007 e assinada pelo Sr. **Presidente** e por Arménio Ferreira Bernardes, Director Municipal de Administração e Finanças.
